

Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Sandra Sofia Ferreira Simões

Relatório de Estágio



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, C.R.L.

Área das Atividades de Suporte

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra, C.R.L.

Sandra Sofia Ferreira Simões

ISCAC | 2017

Coimbra, [Outubro] de [2017]



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Sandra Sofia Ferreira Simões

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra, C.R.L.

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Análise Financeira**, realizado sob a orientação do Professor José Manuel Seabra Benzinho da Silva.

Coimbra, Outubro de 2017

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

AGRADECIMENTOS

Na realização deste Relatório de Estágio não poderia deixar de ter um espaço para agradecer a todos os intervenientes que colaboraram direta e indiretamente durante os últimos anos da minha formação académica, os quais merecem o meu reconhecimento e gratidão.

Em primeiro lugar, as minhas primeiras palavras de agradecimento têm de ir forçosamente para os meus pais e para a minha irmã, que sempre estiveram ao meu lado e me apoiaram em todos os momentos da minha vida.

De seguida queria agradecer a toda a minha família e amigos, que tiveram um papel importante, sempre me ajudaram e apoiaram nesta vida académica.

Ao meu orientador e coordenador, Professor José Benzinho e Dr.^a Catarina Alexandra Neves Proença, por terem aceitado este desafio e terem sempre disponibilidade e paciência para me orientar ao longo do estágio, assim como pelas sugestões e comentários.

Por fim, não posso esquecer a entidade que me acolheu durante o período de estágio, agradecendo a todos os colaboradores da CCAM de Coimbra pela forma como me integraram e me transmitiram conhecimentos.

RESUMO

O presente relatório de estágio foi elaborado no âmbito da obtenção do grau de mestre em Análise Financeira no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

O principal objetivo pretendido com este estágio, foi a aquisição de competências e conhecimentos complementares aos adquiridos na formação académica. Neste contexto, o referido estágio realizou-se na Área das Atividades de Suporte na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra.

Este trabalho está dividido em três capítulos, o primeiro faz ênfase à caracterização do Grupo Crédito Agrícola e à apresentação da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra. O segundo capítulo abrange as tarefas realizadas durante o período de estágio. Por fim o terceiro e último capítulo é elaborado uma vertente mais teórica e desenvolvida sobre a análise do risco de crédito a particulares e Pequenas e Médias Empresas, onde será abordado sinteticamente conteúdo relevante sobre o risco de crédito na atividade bancária tal como métodos para mitigar esse mesmo risco. Já no ultimo ponto deste capítulo darei a conhecer todos os produtos de crédito disponíveis na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra.

Palavras-chave: Estágio; Crédito Agrícola; Risco de Crédito; Particulares; Pequenas e Médias Empresas

ABSTRACT

This internship report was prepared in the scope of obtaining the master's degree in Financial Analysis at the Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

The main objective intended with this internship was the acquisition of skills and knowledge complementary to those acquired in academic formation. In this context, the mentioned internship was held in the Departamento das Atividades de Suporte na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra.

This work is divided into three chapters, the first one emphasizes to the characterization of the Crédito Agrícola group and the presentation of the Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra. The second chapter covers the tasks performed during the internship period. Finally, on the third and final chapter is elaborated on a more theoretical and developed strand about the analysis of the credit risk to individuals and Small and Medium-sized Enterprises, where it will be synthetically approached the relevant content on credit risk in the banking activity as well methods to mitigate that same risk. With regard to the last point of this chapter i will make it known all the credit products available in the Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra.

Keywords: Internship; Crédito Agrícola; Credit risk; Individuals; Small and medium-sized enterprises

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - Caracterização Sumária da Instituição.....	3
1.1 Enquadramento Histórico.....	3
1.2 Grupo Crédito Agrícola (GCA)	8
1.3 Rede de Distribuição Atual	10
1.4 Empresas que integram o Grupo Crédito Agrícola	12
1.4.1 Caixa Central	12
1.4.2 FENACAM.....	12
1.4.3 AGROCAPITAL	13
1.4.4 CA Consult	13
1.4.5 CA Gest.....	13
1.4.6 CA Imóveis	14
1.4.7 CA Informática	14
1.4.8 CA Seguros	14
1.4.9 CA Serviços	14
1.4.10 CA Vida	15
1.5 Princípios do Grupo Crédito Agrícola	15
1.5.1 Código de Conduta	15
1.5.2 Missão.....	16
1.5.3 Valores	16
1.5.4 Objetivos.....	17
1.6 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra	17
1.6.1 Órgãos Sociais	19
1.6.2 Assembleia Geral.....	19

1.6.3	Conselho Fiscal.....	19
1.6.4	ROC ou SROC.....	19
1.6.5	Administração Provisória	19
1.6.6	Auditoria Interna.....	20
1.6.7	Gestão de Riscos.....	20
1.6.8	Compliance	20
1.6.9	Apoio Jurídico.....	20
1.6.10	Conselho de Crédito.....	20
1.6.11	Conselho Comercial.....	21
1.6.12	Área Comercial	21
1.6.13	Área de Risco e Recuperação de Crédito.....	21
1.6.14	Área das Atividades de Suporte.....	21
CAPÍTULO 2 - Tarefas Desenvolvidas na CCAM de Coimbra		23
2.1	Controlo de Saldos de Tesouraria	24
2.2	Controlo de ATM.....	25
2.3	Retificação de Faturas	27
2.4	Atos Administrativos relativos a Títulos de Capital e Seguros.....	28
2.5	Gestão do Património	28
2.6	Elaboração de Mapas Financeiros.....	29
2.7	Controlo da Modelo 10	29
2.8	Correspondência Recebida e Enviada.....	30
2.9	Organização de Processos Crédito.....	30
2.10	Economato	31
2.11	Análise do Estágio	31
CAPÍTULO 3 –Análise de Risco de Crédito a Particulares e PME		32
3.1	Evolução do Acordo Basileia e o seu papel na Avaliação do Risco.....	32

3.1.1	Basileia I	32
3.1.2	Basileia II.....	33
3.1.3	Basileia III.....	35
3.2	O Risco da Atividade Bancária	37
3.2.1	Risco de Crédito.....	38
3.2.2	Risco de Mercado	38
3.2.3	Risco de Liquidez	39
3.2.4	Riscos não Financeiros	40
3.2.5	Outros Riscos	42
3.3	Análise de Risco de Crédito.....	43
3.3.1	Análise do Risco de Crédito a Particulares.....	44
3.3.2	Análise do Risco de Crédito a Empresas	44
3.3.3	Análise Qualitativa ou Subjetiva	45
3.3.4	Análise Quantitativa ou Objetiva.....	46
3.3.5	Modelo Scoring.....	51
3.3.6	Modelo Rating	53
3.4	Produtos de Crédito da Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra	56
3.4.1	Empréstimo em Conta Corrente	56
3.4.2	Empréstimo em Conta Corrente (adiantamento de cheques pré-datados, Crédito Comercial)	56
3.4.3	Conta Completa e Conta Negócio	57
3.4.4	Descobertos contratados não enquadrados em Conta Completa e Conta Negócio.....	57
3.4.5	Crédito Pessoal	57
3.4.6	Crédito à Habitação	58
3.4.7	Crédito ao Investimento.....	58
3.4.8	Crédito à Construção para a Venda	59

3.4.9	Leasing (Leasing Imobiliário e Leasing Mobiliário).....	59
3.4.10	Operações de Crédito por Assinatura (Garantias Bancárias).....	59
3.4.11	Desconto de Efeitos Comerciais	60
3.4.12	Cartões de Crédito	60
3.4.13	Crédito a Colaboradores	60
3.4.14	Operações de Crédito a Outras Entidades.....	60
3.4.15	Linhas Especiais de Crédito.....	61
3.4.16	Seguros.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS		62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		63
ANEXOS		68

ÍNDICE FIGURAS

Figura 1 – Grupo CA	8
Figura 2 - Organograma do Grupo CA.....	10
Figura 3 - Distribuição Geográfica das CA	11
Figura 4 - Logótipo AGROCAPITAL.....	13
Figura 5 - Logótipo CA Consult.....	13
Figura 6 - Logótipo CA Gest	13
Figura 7 - Logótipo CA Imóveis.....	14
Figura 8 - Logótipo CA Informática.....	14
Figura 9 – Logótipo CA Seguros	14
Figura 10 - Logótipo CA Serviços.....	14
Figura 11 - Logótipo CA Vida.....	15
Figura 12 - Missão e Valores GCA	17
Figura 13 - Sede CCAM de Coimbra	17
Figura 14 - Organograma CCAM de Coimbra à data 31-12-2016.....	22
Figura 15 - Esquema Basileia II	34
Figura 16 - Esquema Basileia III	36

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1 - Rede de Agências da CCAM de Coimbra	18
Tabela 2 - Classificações de risco pelas agências de notação (Rating)	54

LISTA ANEXOS

Anexo 1 – Ficha de Identificação	69
Anexo 2 – Plano de Estágio	70
Anexo 3 - Balanço Previsional	71
Anexo 4 - Demonstração de Resultados Previsional	72
Anexo 5 - Custos Previsionais de Exploração	73
Anexo 6 - Demonstração dos Resultados da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016.....	74
Anexo 7 - Balanço da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016.....	75
Anexo 8 - Demonstração de Fluxos de Caixa da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016.....	76
Anexo 9 - Demonstrações de Alterações de Capital Próprio da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016	77
Anexo 10 - Demonstrações do Rendimento Integral da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016.....	78
Anexo 11 - Inventário de Títulos em Base Individual da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AF – Autonomia Financeira

AMA – Advanced Measurement Approach (Método de Medição Avançada)

ATM – Automated Teller Machine

BCBS – Basel Committee on Banking Supervision (Comitê de Supervisão Bancária da Basileia)

BIA – Basic Indicator Approach (Método do Indicador Básico)

BIS – Bank for International Settlements (Banco de Compensações Internacionais)

CA – Crédito Agrícola

CAIS – CA Intranet Service

CAM – Crédito Agrícola Mútuo

CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

CPR – Companhia Portuguesa de Rating

CRL – Cooperativa de Responsabilidade Limitada

DO – Depósito à Ordem

DP – Depósito a Prazo

FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FGCAM – Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

GCA - Grupo Crédito Agrícola

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca, I.P.

IGFSS – Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social, I.P.

IRB – Internal Ratings Based (Método de Ratings Internos)

IRC – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

LCR – Liquidity Coverage Ratio (Indicador de Risco de Liquidez de Curto Prazo)

LG – Liquidez Geral

LR - Liquidez Reduzida

NSRF – Net Stable Funding ratio (Rácio de Liquidez a Longo Prazo)

OIC – Organismo de Investimento Coletivo

PME – Pequenas e Médias Empresas

PMP – Prazo Médio de Pagamentos

PMR – Prazo Médio de Recebimentos

RGIC – Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

RJCAM – Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola

ROC – Revisor Oficial de Contas

ROE – Return On Equity (Rentabilidade dos Capitais Próprios)

RWA – Risk-Weighted Assets (Ativos ponderados pelo Risco)

S&P – Standard & Poor's

SICAM – Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo

SICAMSERV – Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo Serviços

STA – Atandardized Approach (Método Padrão)

VAR – Value at Risk

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado no âmbito da unidade curricular de Estágio e Relatório, com a duração de 960 horas, relativo ao plano de estudos do ano letivo 2016/2017 do Mestrado em Análise Financeira (2.º Ciclo de Estudos) do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Esta opção em detrimento da dissertação ou trabalho de projeto, deve-se ao facto de o estágio transmitir experiência profissional e permitir adquirir novas competências e conhecimentos complementares aos adquiridos na formação académica.

O referido estágio decorreu no período entre 1 de novembro de 2016 e 25 de maio de 2017 na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, na agência de Coimbra, na Área das Atividades de Suporte¹.

O trabalho está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo caracteriza-se primeiramente o Grupo Crédito Agrícola, no que concerne à sua história, estrutura organizacional, rede de distribuição, empresas que integram o grupo, princípios e outros. Seguidamente apresenta-se a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, realçando a sua estrutura organizacional.

No segundo capítulo enumeram-se as atividades realizadas durante o período de estágio, nomeadamente, controlo de saldos de tesouraria e ATM (Automated Teller Machine), retificação de faturas, atos administrativos relativos a títulos de capital e seguros, gestão de património, elaboração de mapas financeiros, entre outros.

A probabilidade de ocorrência de riscos na atividade bancária, embora não possam ser totalmente eliminados, faz com que as instituições financeiras procurem normas convencionais de comportamento para se precaver desses riscos, utilizando para o efeito técnicas de gerenciamento de ativos e passivos. Neste contexto, uma vez que a principal atividade das instituições bancárias é a concessão de crédito, este relatório inclui um terceiro capítulo, onde é elaborado uma vertente mais teórica e desenvolvida sobre a análise do risco de crédito a particulares e PME.

¹ Em anexo a Ficha de Identificação (Anexo 1) e o Plano de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra (Anexo 2).

Neste último capítulo começa por abordar a evolução do acordo Basileia e o seu papel na avaliação do risco, depois esclarece os principais conceitos do risco na atividade bancária, entre eles, o de crédito, mercado e de liquidez. Seguidamente, após se efetuar uma breve contextualização sobre o risco de crédito, darei a conhecer esse risco a particulares e PME, bem como as técnicas e métodos para mitigar esse mesmo risco, portanto farei uma pequena abordagem sobre os modelos de análise quantitativos e qualitativos aos modelos de avaliação de risco nas metodologias rating e scoring. Já no último ponto deste capítulo darei a conhecer todos os produtos de crédito disponíveis na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra.

CAPÍTULO 1 - Caracterização Sumária da Instituição²

1.1 Enquadramento Histórico

O início histórico das Caixas Crédito Agrícola remonta ao final do século XV e, só por este facto, é possível perceber a dimensão e coesão que detém. Começa com a sua associação às Santas Casas da Misericórdia, aos Celeiros Comuns como estabelecimentos de crédito destinados a ajudar os agricultores antes de passarem a ser instituições de crédito, até ser fundado o Crédito Agrícola em 1911. Em seguida, é apresentada uma sucessão histórica de todas estes factos, ocorridos até aos dias de hoje.

1498	O princípio da Solidariedade	A origem das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) encontra-se associada às Santas Casas da Misericórdia, que foram fundadas em 1498 sob a proteção da esposa de D. João II de Portugal D. Leonor e de Frei Miguel Contreiras, bem como aos Celeiros, criados mais tarde em 1576 por D. Sebastião.
1778	A génese do crédito aos agricultores	A Misericórdia de Lisboa foi a primeira instituição bancária a conceder empréstimos aos agricultores, em 1778. Posteriormente, outras Misericórdias tiveram a mesma posição, o que levou Andrade Corvo em 1866 e 1867, a publicar leis que tinham como objetivo transformar as Irmandades, Confrarias e Misericórdias em instituições de crédito agrícola e industrial (Bancos Agrícolas ou Misericórdias-Bancos)
1911	O nascimento do Crédito Agrícola em	Poucos meses depois da Implantação da República surge o Crédito Agrícola, por decreto outorgado por Brito Camacho em 1 de Março.

² Este capítulo foi desenvolvido tendo por base toda a informação disponibilizada na página oficial do Crédito Agrícola.

Portugal	As atividades das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo apenas ficaram definidas em 1919, pelo Decreto nº 5219. Devido ao esforço e sacrifício de inúmeros agricultores, um ano depois, o número de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo aumentou, no entanto, a crise bancária e económica em 1930 provocou uma estagnação no ritmo da evolução, que teve como consequência a passagem das Caixas para a tutela da Caixa Geral de Depósitos (CGD).
1974 O princípio da Autonomia	Em Abril de 1974, com as importantes alterações do sistema político português, começou a existir um movimento das Caixas existentes com o propósito de se autonomizarem, de expandirem a respetiva implantação e de alargarem a atividade, de modo a aproximarem-se do modelo de desenvolvimento do crédito agrícola mútuo praticado em muitos países europeus.
1978 A criação da FENACAM	A Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM), tinha como missão central o apoio e representação, nacional e internacional, das suas associadas. Com a publicação do Decreto Lei n.º 231/82, no qual consta em anexo um Regime Jurídico Específico para o Crédito Agrícola Mútuo, as Caixas autónomas deixaram de estar sob a tutela da Caixa Geral de Depósitos. Este novo regime legal veio favorecer a significativa expansão do Crédito Agrícola durante a década de 80.
1984 Caixa Central como pilar de um sistema integrado	Em 20 de Junho é finalmente constituída a Caixa Central e, em 1987, com o objetivo de garantir a solvabilidade do sistema, é instituído o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM) e o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), assentes no conjunto formado pela Caixa Central e pelas suas associadas. A Caixa Central passa a exercer funções de liderança em

		matéria de orientação, fiscalização e representação financeira do SICAM.
Anos 90	Valorização do Portefólio de Serviços Financeiros	<p>O Grupo Crédito Agrícola em 1994 expande os seus serviços, criando assim a CA Gest e a Rural Serviços, hoje em dia designada por CA Seguros. Passados cinco anos surge o Crédito Agrícola Vida, hoje CA Vida. Mais tarde, emerge a CA Consult, para a área de assessoria financeira.</p> <p>Numa lógica interna, em 1993, nasce A Rural Informática, hoje CA Informática. Mais recentemente, o destaque direciona-se para o lançamento da CA Serviços.</p>
	Rumo à unificação	<p>Em 1998, o Grupo Crédito Agrícola assiste a um reforço da unificação entre as Caixas Associadas e a Caixa Central, com a criação de uma única plataforma informática. Estas mudanças solidificaram o Crédito Agrícola como um “banco completo”, com canais de distribuição diversificados e, com ofertas especializadas aos vários segmentos de mercado, potenciando o aumento da quota de mercado, num contexto mais competitivo (com a introdução da moeda única, o Euro).</p>
2004	Programa de Modernização antecipa Futuro	<p>O Grupo Crédito Agrícola iniciou uma revolução interna com a implementação de um ambicioso programa de modernização tecnológica, para potenciar a flexibilidade organizativa e a excelência na resposta às necessidades dos clientes.</p> <p>Estes anos permanecem para a história como decisivos, quer no plano da consolidação financeira, quer na criação de uma base tecnológica comum, materializada na Rural Informática e no SICAMSERV (Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo Serviços).</p>
2006	Nova Imagem	Com a melhoria no plano financeiro e na base tecnológica,

	do Grupo	o Grupo Crédito Agrícola viu a sua identidade histórica ser renovada e, também, desenvolvida em contextos urbanos, aliados a uma oferta mais alargada e competitiva de soluções de produtos e serviços.
2009	Nova Assinatura “Juntos Somos Mais”	O Grupo Crédito Agrícola adota uma nova assinatura “Juntos Somos Mais” quando completou cem anos de existência, sendo que os valores de ajuda mútua e solidariedade estão na essência da instituição e se materializam numa palavra - Cooperativismo.
2011	Centenário Crédito Agrícola	O Crédito Agrícola comemorou os 100 anos de atividade em 2011, data que marca e simboliza o caminho percorrido até hoje pelo apoio dado ao desenvolvimento económico e social de muitas regiões.
2013	Nova Assinatura “O Banco Nacional com Pronúncia Local”	A adoção de um novo slogan “O Banco Nacional com Pronúncia Local”, que traduz o Grupo como uma instituição financeira que conhece as pessoas e as várias regiões do país e, que tem como objetivo, contribuir de modo significativo para o desenvolvimento socioeconómico local e, consecutivamente, para a economia nacional.
2015	Um ano de Distinções para o Grupo Crédito Agrícola	<p>Em 2015, o Grupo é premiado com seis distinções em diversas áreas: banca, seguros e fundos de investimento.</p> <p>O Grupo foi considerado o terceiro mais sólido a operar em Portugal e o primeiro de capitais exclusivamente nacionais pela revista britânica The Banker.</p> <p>Foi atribuído ao Crédito Agrícola o Prémio Cinco Estrelas 2015, promovido pela U-Scout pela categoria “Banca, serviço de atendimento ao cliente”.</p> <p>A CA Seguros, a seguradora não vida do Grupo Crédito Agrícola, foi eleita, pela quinta vez, como a Melhor Seguradora Não Vida do seu segmento.</p>

O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela Crédito Agrícola Gest, foi distinguido com o prémio “Gestão Nacional de Organismos de Investimento Coletivo”, na categoria “Fundos de Obrigações de Taxa Indexada”.

O CA Monetário foi, também, considerado pela APFIPP, pelo sexto ano consecutivo, como o fundo mais rentável na classe “Fundos de Mercados Monetários Euro”. A mesma entidade atribuiu, ainda, o CA Flexível, como o fundo que apresentou a melhor rentabilidade em 2014, na categoria “Fundos Flexíveis”.

2016	Primeira Agência na Madeira e mais Distinções marcantes	<p>O ano de 2016 ficou marcado pela abertura da primeira Agência do Crédito Agrícola na Região Autónoma da Madeira.</p> <p>O Grupo Crédito Agrícola é cada vez mais reconhecido, sendo prova disso as distinções atribuídas em 2016, nomeadamente - pela eleição da CA Seguros, pelo sexto ano, como Melhor Seguradora Não Vida; pela distinção da CA Vida como a melhor grande seguradora do ramo vida; os clientes do Crédito Agrícola eram os que estavam mais satisfeitos e que recomendavam o Banco; o Crédito Agrícola é considerado uma das instituições financeiras em que os clientes menos reclamam; e finalmente, a CA Vida liderou os rankings de Lealdade do Cliente e de Imagem.</p>
-------------	---	--

Após esta análise pormenorizada e sequencial de toda a narrativa histórica da Caixa Crédito Agrícola, importa compreender as rúbricas que auxiliam e ancoram todo este relatório

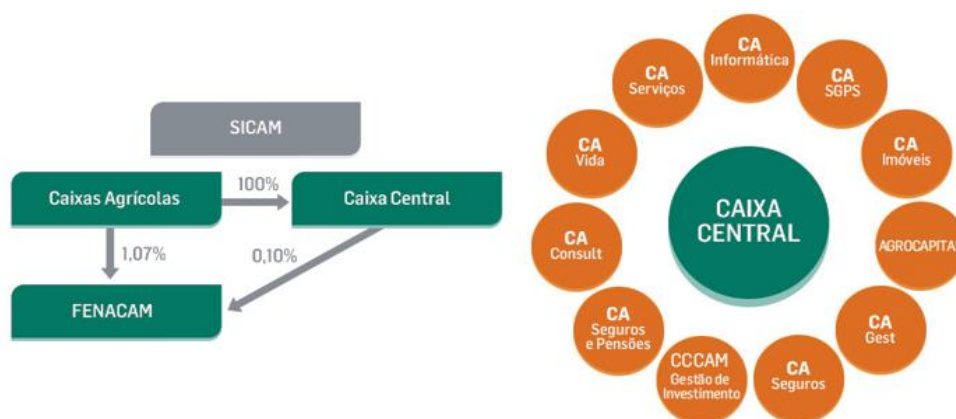
1.2 Grupo Crédito Agrícola (GCA)

O Grupo Crédito Agrícola (GCA) é um grupo financeiro na extensão nacional, que integra um vasto número de bancos locais, Caixas Agrícolas, e empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central) e, ainda, a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L. (FENACAM).

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) é uma instituição de crédito sob a forma de “Cooperativa de Responsabilidade Limitada” (C.R.L), a qual constitui em conjunto com as 82 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, detentoras de cerca de 700 agências em todo o território nacional, mais de 400 mil associados e 1.200.000 clientes, o Grupo Crédito Agrícola. Este é um dos principais grupos financeiros portugueses.

A atividade do GCA tem como base de sustentação as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, consideradas verdadeiras entidades dinamizadoras das economias locais, que com a sua autonomia e integração nas respetivas regiões, conhecem em profundidade as realidades do respetivo tecido empresarial, económico e os desafios que se colocam para o progresso económico-social a nível local.

Figura 1 – Grupo CA



Fonte: Página Oficial do Crédito Agrícola

O organograma apresenta as participações existentes entre as várias empresas do Grupo CA.

Como se pode verificar, as Caixas Associadas detêm 100% na Caixa Central, que por sua vez formam em conjunto o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM),

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra, C.R.L.

sendo este representado e coordenado pela Caixa Central como organismo central do sistema integrado do Crédito Agrícola mútuo.

As Caixas Associadas detêm 1,07% na Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM), já a Caixa Central tem uma participação de 0,10%.

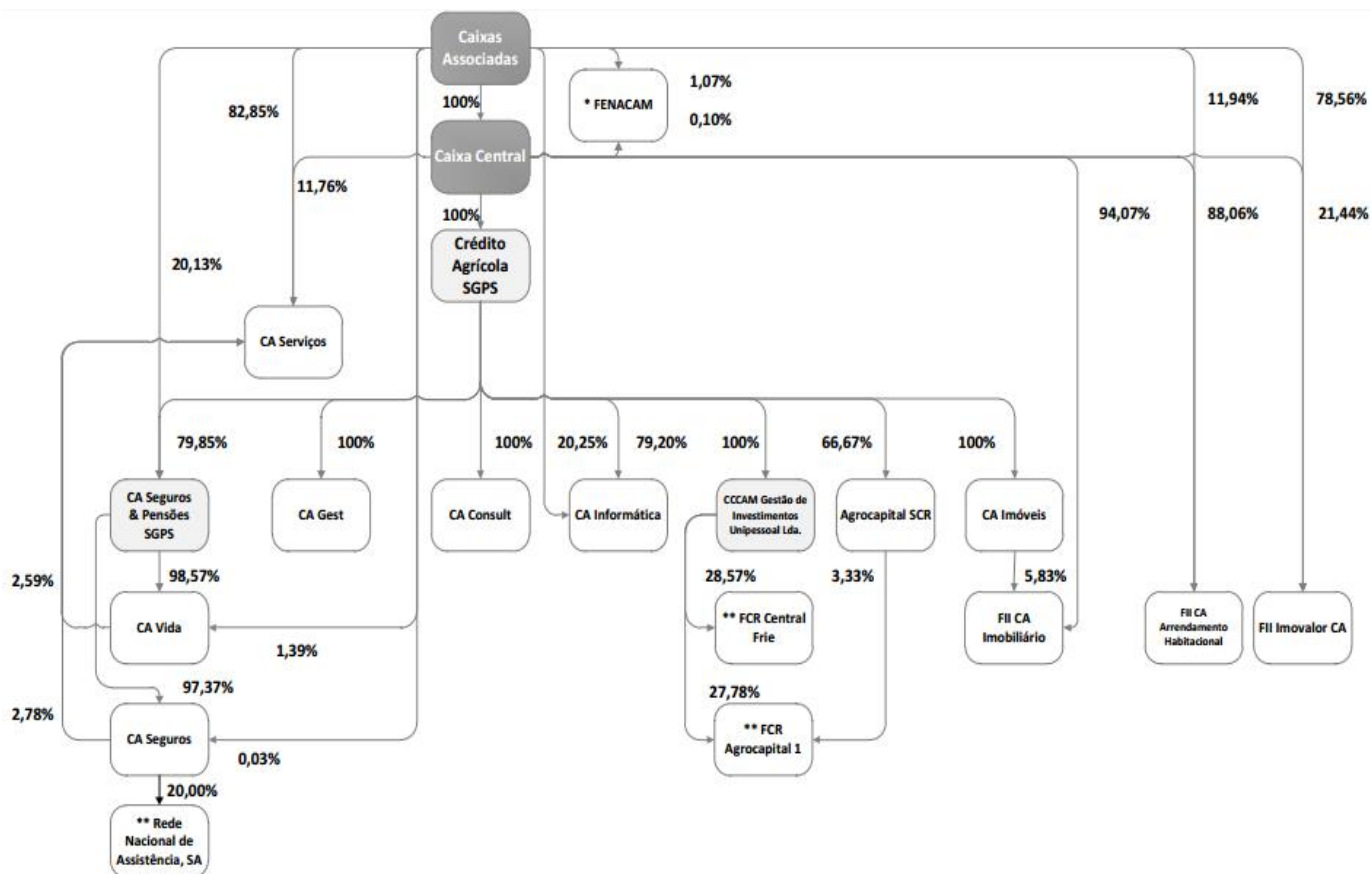
As Caixas Associadas têm uma participação direta de 82,85% da CA Serviços; 78,56% da FII (Fundo de Investimento Imobiliário) Imovalor CA; 20,25% da CA Informática; 20,13% da CA Seguros & Pensões S.G.P.S.; 11,94% da FII CA Arrendamento Habitacional; e 1,39% da CA Vida.

A Caixa Central detém uma participação direta de 100% no Crédito Agrícola S.G.P.S.; 94,07% da FII CA Imobiliário; 88,06% da FII CA Arrendamento Habitacional; 21,44% da FII Imovalor CA; e 11,76% da CA Serviços.

Por outro lado, o Crédito Agrícola S.G.P.S., por sua vez detém uma participação de 100% na CA Consult, na CA Gest, na CA Imóveis e na CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda.; detém 79,85% na CA Seguros & Pensões S.G.P.S.; 79,20% na CA Informática; e 66,67% na Agrocapital S.R.C.

Pode, ainda, referir-se que, quanto às participações diretas, a CA Seguros & Pensões S.G.P.S. detém 98,57% da CA Vida; e 97,37% da CA Seguros; a CA Vida detém 2,59% da CA Serviços. A CA Seguros detém 20% da Rede Nacional e Assistência, S.A; a CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda. detém 28,57% da FCR Central Frie e 27,78% da FCR Agrocapital I. Por fim, a Agrocapital SCR detém 3,33% da FCR Agrocapital I e a CA Imóveis detém 5,83% da FII CA Imobiliário.

Figura 2 - Organograma do Grupo CA



(*) A FENACAM detém 98,80% do seu próprio capital.
 (**) Consolidação por método de equivalência Patrimonial.
 30.06.2016

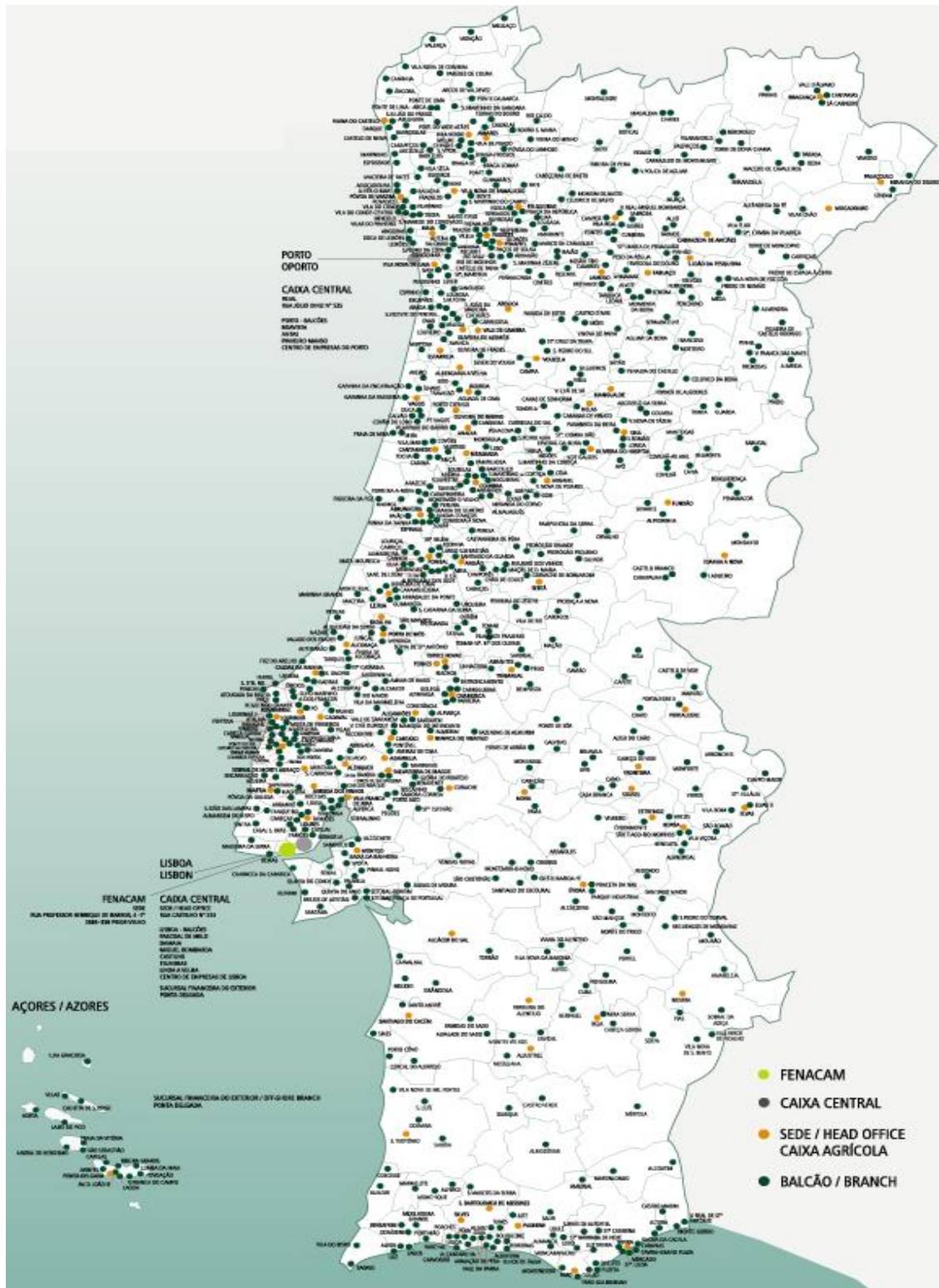
Fonte: Página Oficial do Crédito Agrícola

1.3 Rede de Distribuição Atual

Conforme referido anteriormente, O Grupo CA é constituído por 82 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, detentoras de cerca de 700 agências em todo o território nacional, mais de 400 mil associados e 1.200.000 clientes. Na imagem infra percebe-se que a distribuição do CA existe em todos os concelhos portugueses.

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra, C.R.L.

Figura 3 - Distribuição Geográfica das CA



Fonte: Página Oficial do Crédito Agrícola

1.4 Empresas que integram o Grupo Crédito Agrícola

O Grupo CA é um grupo financeiro formado por empresas que cobrem uma ampla oferta de produtos e serviços para todos os segmentos e adaptados ao mercado em geral e às realidades locais.

1.4.1 Caixa Central

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (CCCAM) nasceu a 20 de Junho de 1984, e detém competências de supervisão, orientação e acompanhamento das Caixas de Crédito Agrícola Associadas.

A Caixa Central age como um Banco Universal e, no seu papel de organismo central do Grupo Crédito Agrícola, desenha estratégias financeiras e atua em concurso com os maiores bancos Portugueses.

Os órgãos sociais da Caixa Central incluem a Mesa de Assembleia Geral, o Conselho Consultivo, o Conselho Geral e de Supervisão, o Conselho de Administração Executivo, e o Revisor Oficial de Contas (ROC).

O SICAM (Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo), como já foi mencionado anteriormente, é o conjunto formado pela Caixa Central e as caixas suas Associadas.

1.4.2 FENACAM

A Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM) nasceu em 29 de novembro de 1978, com o objetivo de defender e representar nos mais diversos níveis e interesses do crédito agrícola. Esta federação é composta pelos serviços administrativos e financeiros, pelo apoio técnico, e pela produção documental e aprovisionamento.

A FENACAM revela-se, por excelência, o órgão de representação política e institucional do Crédito Agrícola, no âmbito nacional e internacional, sendo membro da Associação Europeia de Bancos Cooperativos (Bruxelas), da Confederação Internacional do Crédito Agrícola (Zurique), da União Internacional de Raiffeisen (Bona) e da Aliança Cooperativa Internacional (Genebra).

1.4.3 AGROCAPITAL

A AGROCAPITAL (Sociedade de Capital de Risco, S.A.) apresenta como intento o investimento em capital de risco, que se traduz na aquisição, por um período de tempo limitado, de instrumentos de capital próprio e alheio, em sociedades com grande potencial de desenvolvimento, de modo a obter benefícios desta valorização, assim como a gestão de fundos de capital de risco e o investimento em unidades de participação em fundos de capital e risco.

*Figura 4 - Logótipo
AGROCAPITAL*



1.4.4 CA Consult

A CA Consult (Assessoria Financeira e de Gestão, S.A.) é a empresa especializada em Banca de Negócios do Grupo Crédito Agrícola e centra a sua atividade na prestação de serviços de assessoria financeira e estratégica às grandes e médias empresas e, também, Entidades Públicas. É dotada de competências técnicas e conhecimento setorial que, articulados com a oferta de Banca Comercial do Grupo Crédito Agrícola e os ativos tangíveis e intangíveis das empresas e dos Estados, constituem fatores críticos de sucesso para a gestão e desenvolvimento económico e empresarial.

*Figura 5 - Logótipo
CA Consult*



1.4.5 CA Gest

A CA Gest (Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.) apresenta como génese básica a gestão de organismos de investimento coletivo, especializadas em gestão Fundos de Investimento Mobiliário e gestão discriminatória e individualizada de carteiras por conta de outrem, em posse de particulares, de empresas e de instituições.

*Figura 6 - Logótipo
CA Gest*



1.4.6 CA Imóveis

A CA Imóveis tem como missão e objetivos a concretização das estratégias implementadas pelo Grupo CA, a gestão centralizada e unificada dos ativos que lhe estejam afetos e, também, a coordenação e acompanhamento das entidades gestoras de fundos imobiliários com património oriundo do Grupo CA.

Figura 7 - Logótipo CA Imóveis



1.4.7 CA Informática

A CA Informática (Sistemas de Informação, S.A.), primordialmente, pretende otimizar a utilização das infraestruturas físicas e tecnológicas que servem de apoio às tecnologias de informação e ao desenvolvimento de sistemas de informação.

Figura 8 - Logótipo CA Informática



1.4.8 CA Seguros

A CA Seguros é a seguradora dos ramos reais do Grupo Crédito Agrícola, que tem como objetivo garantir a segurança e proteção aos seus associados e clientes, através da disponibilização de soluções de seguros adaptadas às suas necessidades.

Figura 9 – Logótipo CA Seguros



1.4.9 CA Serviços

A CA Serviços (Centro de Serviços Partilhados, ACE) ancora os seus serviços no proporcionar ao Grupo CA o máximo de eficácia e eficiência na prestação de serviços partilhados ao universo das Caixas Associadas, nomeadamente nos domínios do apoio à dinamização do negócio e da assessoria fiscal, operação da compensação, serviços operacionais de suporte à atividade de banca direta e canais não-presenciais.

Figura 10 - Logótipo CA Serviços



1.4.10 CA Vida

A CA Vida é a companhia de seguros do ramo vida, que tem como objetivo comercializar aos seus clientes um serviço completo e integrado de produtos.

*Figura 11 - Logótipo
CA Vida*



Feita a compreensão das empresas que integram o Grupo Crédito Agrícola, revela-se preponderante nos dois pontos seguintes analisar os princípios que integram o mesmo e conhecer o grupo da Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra.

1.5 Princípios do Grupo Crédito Agrícola

1.5.1 Código de Conduta³

O Grupo Crédito Agrícola possui um Código de Conduta que estabelece um conjunto de princípios e de valores em matéria de ética profissional, que deve ser seguida por todos os seus colaboradores, sem prejuízo de outras normas de conduta aplicáveis. Este código encontra-se disponível no site institucional do Crédito Agrícola.

Relativamente aos princípios gerais, o referido código considera que a atuação dos dirigentes e dos colaboradores do grupo, deve ser pautado pela fidelidade e lealdade para com o Grupo, baseando-se na honestidade, na independência, na integridade, na isenção, e na discrição e não atender a interesses pessoais, aderindo assim a padrões de ética profissional, evitando conflitos de interesses.

Os dirigentes do Grupo deverão adotar as melhores práticas do setor, cumprindo e fazendo cumprir todas as obrigações e deveres, respeitando as normas e regulamentos implementados, por forma a estimular e defender o bom funcionamento e a cooperação entre as instituições do Grupo, bem como desenvolver um ambiente de respeito entre todos.

³ Este código está disponível no site institucional do Crédito Agrícola.

Os princípios gerais do Grupo Crédito Agrícola, e previsto no referido código, são os seguintes: igualdade de tratamento e não discriminação; diligência, eficiência e responsabilidade; dádivas, outros benefícios ou recompensas; utilização dos recursos do Grupo; prevenção de potenciais conflitos de interesse; relacionamento com Instituições do Grupo; lealdade e cooperação.

No âmbito dos deveres profissionais gerais, a lei impõe como critério geral de atuação das pessoas com funções de administração no sector bancário, critério esse que consiste em proceder na sua atividade com a diligência de um gestor criterioso e ordenado, de acordo com o princípio da repartição de riscos e da segurança das aplicações, e tendo em conta o interesse dos depositantes, dos investidores e dos credores.

Além do Código de Conduta em vigor no Grupo Crédito Agrícola, o Direito Bancário Português estabelece regras de conduta aos membros dos órgãos sociais das instituições de crédito, que são autênticos deveres profissionais, decorrentes dos princípios de confiança, de discrição, de liberdade, de verdade, de neutralidade, de prudência e o correto comportamento que norteiam a ética financeira e que têm de ser respeitados pelos seus destinatários.

Portanto, é dever de todos colaboradores, o conhecimento e o cumprimento rigorosos de todas as normas legais que lhes sejam aplicáveis, nomeadamente o Código Cooperativo, o Código das Sociedades Comerciais (CSC), o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (RJCAM) e o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGIC), assim como toda a legislação societária, comercial, civil e penal para que ambos esses regimes remetem.

1.5.2 Missão

O Grupo Crédito Agrícola tem por missão oferecer as melhores soluções para as necessidades dos seus clientes, apresentando uma vasta oferta de produtos e serviços para todos os segmentos, adaptados às realidades locais e ao mercado em geral.

É de referir que tem ainda como missão apoiar em diversos níveis, seja o económico, o social, o cultural ou o desportivo.

1.5.3 Valores

O Crédito Agrícola considera a solidez, a confiança, a proximidade e a modernidade, sendo, portanto, um grupo financeiro que valoriza o relacionamento com o cliente.

Figura 12 - Missão e Valores GCA



Fonte: Página Oficial do Crédito Agrícola

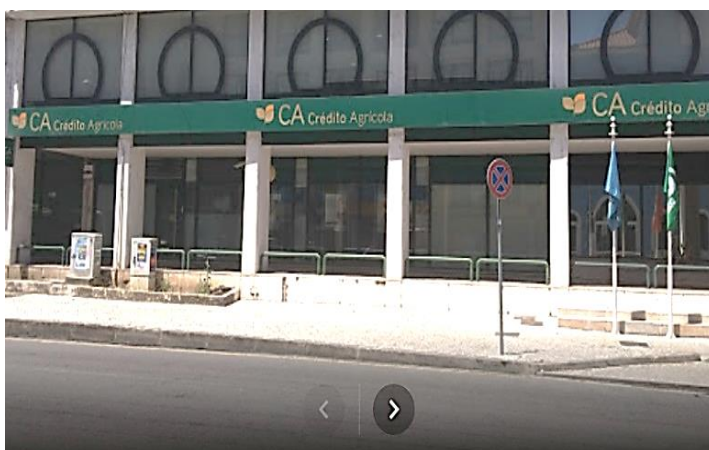
1.5.4 Objetivos

O Grupo CA tem como objetivos valorizar o relacionamento com os clientes, disponibilizar produtos e serviços de qualidade crescente e adaptados às necessidades dos seus associados e clientes, contribuir para o desenvolvimento e melhoria dos níveis de vida das comunidades locais, e assegurar a acessibilidade efetiva a serviços bancários ao maior número possível de pessoas e empresas.

1.6 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra⁴

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, C.R.L. (CCAM de Coimbra) é uma instituição financeira, sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada, fundada a 23 de fevereiro de 1950. Surgiu na sequência das necessidades que os agricultores do Baixo Mondego tinham para obter crédito, por forma a apoiar a cultura sazonal.

Figura 13 - Sede CCAM de Coimbra



⁴ Este subcapítulo foi desenvolvido tendo por base toda a informação disponibilizada no Normativo Interno de Estrutura da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra.

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra, C.R.L.

O objetivo da CCAM consiste na cedência de crédito e a prática dos diversos atos inerentes à atividade bancária, de acordo com os termos previstos na legislação em vigor.

A CCAM de Coimbra faz parte do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), que é o conjunto formado pela Caixa Central e as suas Caixas Associadas.

Atualmente, a sede da CCAM de Coimbra situa-se na Rua João Machado, n.º 78, em Coimbra. Tem uma rede composta por nove agências, distribuídas pelos Concelhos de Coimbra e Miranda do Corvo. À data de 31-12-2016, conta com dezanove colaboradores e dois administradores provisórios na sua sede e outros vinte e três colaboradores pelas nove agências.

Tabela 1 - Rede de Agências da CCAM de Coimbra à data 31-12-2016

Agências	Localidade	Nº de Colaboradores
3030 – Coimbra	Coimbra	19
3031 – Taveiro	Taveiro	3
3032 – S. Silvestre	São Silvestre	3
3033 – M ^a do Corvo	Miranda do Corvo	5
3034 – Nogueiras	Coimbra	4
3035 – Adémia	Coimbra	3
3036 – Antanhol	Antanhol	2
3037 – Almalaguês	Almalaguês	1
3038 – Souselas	Souselas	1

Fonte: Elaboração própria

A estrutura da CCAM de Coimbra é composta por entidades que asseguram a sua atividade e cuja composição, competência, delegação de poderes e outras obrigações e direitos são abrangidos pelos estatutos e normas em vigor.

1.6.1 Órgãos Sociais

São considerados órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e o Conselho de Administração, mesmo encontrando-se provisoriamente suspenso, na sequência da nomeação da Administração Provisória.

Encontra-se prevista a delegação de competências ao Coordenador da Área Comercial, da área do Risco e Recuperação de Crédito, da Área das Atividades de Suporte e, aos restantes Coordenadores de Agência, por deliberação expressa da Administração.

1.6.2 Assembleia Geral

É o órgão máximo da Instituição, com poderes deliberativos sobre todas as matérias subordinadas inerentes a esta, estrita observância ao determinado pelos Estatutos e pela Lei (RGICSF, RJCAM, Código Cooperativo e Código das Sociedades Comerciais).

A Assembleia Geral é composta por todos os seus associados no pleno gozo dos seus direitos.

1.6.3 Conselho Fiscal

É o órgão fiscalizador dos atos da administração e da Assembleia Geral.

1.6.4 ROC ou SROC

Compete ao Revisor Oficial de Contas (ROC) ou à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) emitir a certificação legal de contas.

1.6.5 Administração Provisória

A Administração Provisória da CCAM de Coimbra visa administrar e representar a Caixa Agrícola, com o propósito de definir os mecanismos que assegurem a implementação do plano estratégico, bem como garantir a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros de forma eficiente, de modo a salvaguardar resultados positivos sustentáveis.

A Administração Provisória coordena as atividades da CCAM e define, em articulação com as orientações da Caixa Central, as políticas e os objetivos da CCAM de Coimbra em termos comerciais, de risco de crédito, de risco operacional, de recursos humanos, financeiros e de gestão de meios.

1.6.6 Auditoria Interna

A auditoria interna na CCAM de Coimbra existe para acompanhar, avaliar e reportar o cumprimento dos procedimentos e regras aprovadas pela administração.

Esta elabora e mantém atualizado o plano de auditoria para examinar e avaliar a adequação e eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno, bem como do sistema de controlo interno como um todo. Tem a função de emitir recomendações com base nos resultados das avaliações realizadas e verifica a sua observância. Por fim, elabora e apresenta à administração e ao Conselho Fiscal, os relatórios sobre questões relacionadas com a auditoria, com uma pequena análise sobre as principais carências detetadas nas ações de controlo, bem como indica e identifica as recomendações que foram seguidas.

1.6.7 Gestão de Riscos

A gestão de riscos na CCAM de Coimbra existe para assegurar uma gestão integrada dos riscos, de forma a abrandar as possíveis perdas associadas à ocorrência de eventos futuros de riscos.

1.6.8 Compliance

O *compliance* inspeciona o cumprimento das obrigações legais e deveres a que a CCAM de Coimbra se encontra sujeita.

Não tem responsabilidade global sobre qualquer processo, mas intervém nos processos de gestão de risco, contabilidade e *reporting*.

1.6.9 Apoio Jurídico

O Apoio Jurídico visa assegurar a assessoria e o património jurídico da legislação do direito das sociedades comerciais, dos contratos, do contencioso, laborais e outras.

1.6.10 Conselho de Crédito

O Conselho de Crédito é o órgão colegial de funcionamento horizontal que visa assegurar a coordenação da política de créditos, aprovar e dar pareceres sobre a aprovação de processos de crédito de valor significativo e de acordo com as competências delegadas. Tem por finalidade partilhar responsabilidades e a diminuição do risco associado.

1.6.11 Conselho Comercial

O Conselho Comercial consiste no órgão que apresenta e debate os assuntos relacionados com a atividade comercial, ou seja, define anualmente a estratégia comercial e o plano comercial. Tem como função identificar, promover e acompanhar novas oportunidades de negócio e, também, acompanhar as atividades comerciais da CCAM de Coimbra. Salienta-se, ainda, a necessidade de acompanhar e monitorizar mensalmente a execução da estratégia comercial.

É um órgão de aconselhamento.

1.6.12 Área Comercial

A área comercial visa assegurar a dinamização da atividade comercial da CCAM de Coimbra e a orientação, acompanhamento e controlo da equipa comercial, de modo a atingir os resultados pretendidos de uma forma eficiente e eficaz.

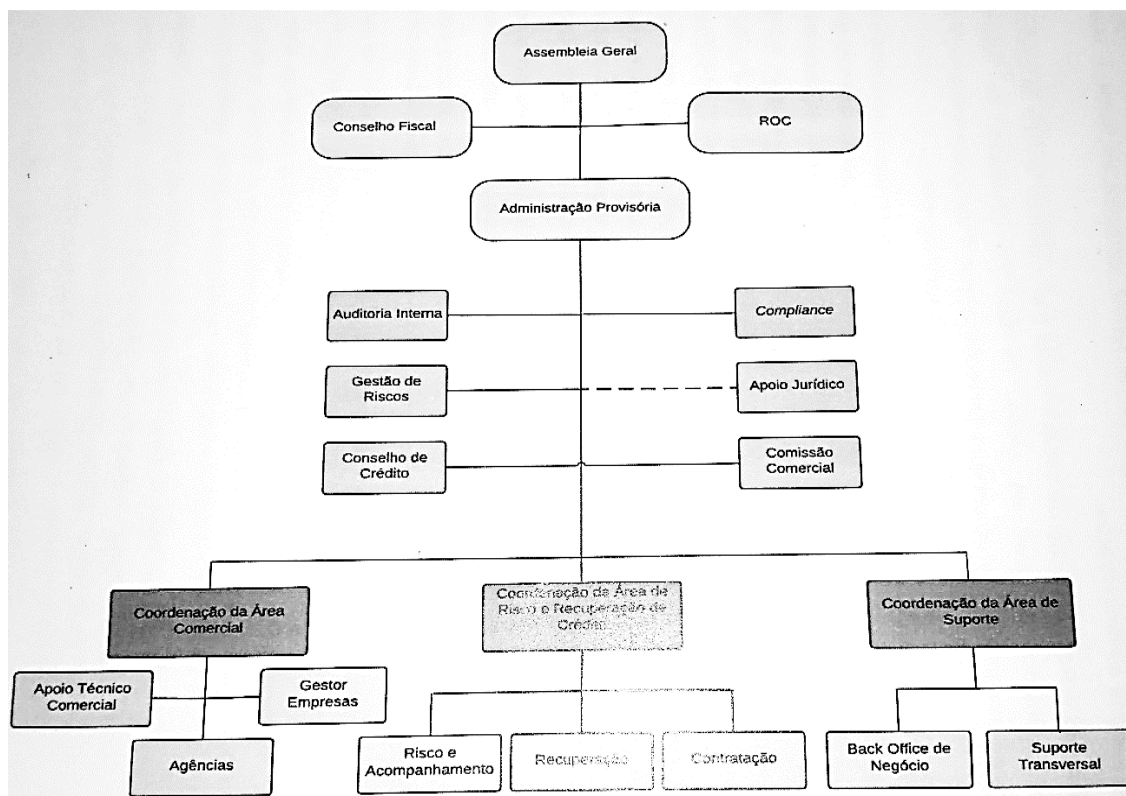
1.6.13 Área de Risco e Recuperação de Crédito

Nesta área é pretendido o asseguramento da minimização do risco de crédito, através da intervenção sistemática ao nível da análise na fase de concessão, do acompanhamento dos clientes/operações de risco e da recuperação de crédito vencido. Tem também como funções a gestão e execução eficaz e eficiente da atividade de contratação.

1.6.14 Área das Atividades de Suporte

A Área das Atividades de Suporte existe com a finalidade de contribuir para a eficiência e eficácia das áreas de negócio e, também, de assegurar a coordenação das atividades de suporte, tais como, a gestão de recursos humanos, a gestão financeira, a contabilidade, a gestão de património e a gestão da documentação. Esta é a área que assegura ainda, que os planos, os objetivos, o orçamento e os rácios, sejam preparados de acordo com as normas aplicadas pelo Banco de Portugal, reportando assim informações acerca do controlo de gestão, identificando os principais desvios aos planos de atividades.

Figura 14 - Organograma CCAM de Coimbra à data 31-12-2016



Fonte: Normativo Interno de Estrutura CCAM de Coimbra

Ao longo deste capítulo foi realizada uma análise histórica da Caixa Crédito Agrícola, bem como das componentes que a constituem, nos seus mais diversos campos. No próximo capítulo, procurarei pormenorizar os tópicos e as tarefas desenvolvidas ao longo deste estágio

CAPÍTULO 2 - Tarefas Desenvolvidas na CCAM de Coimbra

O Estágio Curricular⁵ foi iniciado a 2 de novembro de 2016 e terminou a 25 de maio de 2017, na sede da CCAM de Coimbra, C.R.L. O seu objetivo passou por conhecer o funcionamento da atividade bancária, tendo sido aplicados os conhecimentos e competências obtidos ao longo da licenciatura e do mestrado, por forma a desenvolver a minha capacidade de comunicação e, fundamentalmente, adquirir experiência.

O setor integrado foi a Área das Atividades de Suporte, que é responsável pela contabilidade, pelo processamento de crédito e de seguros, com a finalidade de assegurar a eficácia e a eficiência de todas as atividades de suporte transversais ao exercício da atividade financeira.

No primeiro dia de estágio foi concedido, por parte dos Recursos Humanos, um número de utilizador, uma palavra-chave e um email institucional. Ocorreu uma breve explicação sobre o funcionamento dos sistemas informáticos, ou seja, a “Intranet (CAIS)”, o “Profile IBS – Integrated Banking System (CENTRAL)” e o “Módulo Financeiro (SIBAL)”.

O primeiro, o “Intranet (C@IS)”, refere-se à página interna do Crédito Agrícola, reservada apenas aos colaboradores, que contém informações a níveis de produtos, circulares, regras de funcionamento, simulações de crédito e de seguros, entre outros. Nesta página estão, também, inseridos vários documentos, tais como manuais de formação e orientação do Grupo CA. Torna-se relevante referir que esta página contém, ainda, notícias económicas e financeiras publicadas na imprensa. O segundo, o “Profile IBS – Integrated Banking System (CENTRAL)”, incide no sistema informático interno que permite inserir, modificar e consultar as contas dos clientes (conta à ordem, conta prazo, crédito, cartões, entre outros), a titularidade, os dados pessoais, os extratos, entre outras operações. Por último, Módulo Financeiro “SIBAL”, reporta-se ao sistema integrado de todos os balcões, sendo o mais importante para a realização de pagamentos, depósitos, levantamentos, transferências, cobranças, entre outras.

⁵ Este capítulo relata a experiência que vivenciei na CCAM de Coimbra, tendo servido de referência para a sua estrutura, entre outros, os seguintes autores: Abreu (2013), Arriscado (2016), Bizarro (2015), Cunha (2015), Fernandes (2015), Fernandes (2016), Fonseca (2012), Gonçalves (2011), Henriques (2015), Januário (2011), Morais (2015), Pinto (2012), Teixeira (2015), Tiago (2010) e Valente (2013).

As tarefas que me foram direcionadas enquanto estagiária, recaíram frequentemente no controlo de caixas (saldos de tesouraria) e ATM, na gestão e organização dos dossiers de crédito, no arquivo do Crédito, e na organização dos respetivos dossiers e documentos relativos a seguros, a títulos de capital, a descobertos bancários e a cartões de crédito. Ainda no papel de estagiária fui, ainda, responsável pelos mapas dos imóveis, pela retificação das faturas de alguns fornecedores, pela elaboração dos mapas financeiros da CCAM de Coimbra (balanço, demonstrações de resultados, indicadores financeiros, etc.) e pelo controlo da modelo 10. Por vezes, realizei outro tipo de tarefas, tais como o atendimento telefónico, envio e recebimento e, respetivo registo de correspondência, elaboração de correspondência física e digital, economato e, ainda, entrega e obtenção de documentos na Conservatória, Finanças e na Câmara Municipal de Coimbra.

Feito o resumo das atividades desenvolvidas na CCAM de Coimbra, importa descrever essas mesmas atividades de uma forma pormenorizada.

2.1 Controlo de Saldos de Tesouraria

Durante os dias de estágio, antes de conferir os saldos de tesouraria (controlo de caixa) e os ATM, foi necessário recorrer ao “SIBAL” e imprimir o jornal eletrónico e os mapas do dia anterior até ao dia corrente. Nos referidos mapas devem constar o Balancete, que contém os saldos de abertura do dia e o mapa das transações rejeitadas “FM2016”. Eram impressos os mapas dos levantamentos dos ATM “MB214” do dia útil anterior e, também, do fim-de-semana ou feriados, se assim se aplicar. Por fim, eram impressos os mapas do balcão 24. A partir do mapa “FM176” são conferidos os valores das moedas estrangeiras que estão em cofre⁶.

O controlo de caixa é o procedimento que tem como objetivo controlar que todos os movimentos ou falhas sejam documentadas.

⁶ Os documentos identificados, por serem de uso interno, não podem ser apresentados no anexo.

Todos os dias, os operadores dos balcões reenviavam-me um email com as folhas de caixas individuais e do respetivo balcão devidamente assinadas. Com base nesses dados, tinha como função transcrever para uma folha de cálculo devidamente programada e pré-guardada no servidor da CCAM de Coimbra, os valores de cada balcão comparando com os saldos do balancete diário⁷.

Os saldos das folhas de caixas tinham que coincidir com os saldos do balancete e, no caso de isso não se verificar, era necessário reportar tais diferenças aos responsáveis, de modo a ser possível identificar a origem do desvio e ser feita a respetiva retificação.

Ainda na folha de caixa de cada balcão, constava o montante de notas e moedas estrangeiras que estavam em cofre e, tinha como função conferir esses valores com os do Mapa FM176⁸.

Depois de tudo conferido, o Excel referente ao Controlo de Caixa é impresso e arquivado nos movimentos do dia juntamente com os mapas.

2.2 Controlo de ATM

De modo a satisfazer as necessidades financeiras básicas de uma forma simples e rápida dos clientes, como por exemplo, levantamentos de dinheiro, pagamentos de serviços, transferências bancárias, consulta de saldos e movimentos bancários, entre outros, a CCAM de Coimbra, tal como as restantes instituições financeiras, detém em sua posse entre o conselho de Coimbra e Miranda do Corvo, uma rede de distribuição de terminais de ATM, do qual é da sua responsabilidade a gestão e o correto funcionamento das mesmas.

A referida rede de distribuição é tanto carregada e manuseada pelos operadores dos balcões da CCAM de Coimbra, como pelos operadores de uma empresa de segurança privada.

⁷ Mapa FM216 (documento interno, não pode ser apresentado no anexo), conta contabilística 10000000000000 – Notas em cofre e conta 10010000000000 – Moedas metálicas em cofre.

⁸ Mapa FM176 (documento interno, não pode ser apresentado no anexo), conta contabilística 10000000000000 – Notas em cofre.

O controlo de ATM é o procedimento diário e que sucede ao controlo de saldos de tesouraria, por isso, tal como o controlo de caixa, é necessário o auxílio dos mapas anteriormente referidos. Este controlo tem como objetivo verificar os montantes em circulação de capitais pelas ATM e apurar a existência de anomalias.

Diariamente, os operadores dos balcões reenviavam-me um email não só com as folhas de caixas, como também com os talões de carregamento e de fecho dos ATM, caso existam nos seus respetivos balcões. Estes talões também são enviados pela empresa de segurança, quando essas mesmas ATM se encontram afastadas das próprias agências da CCAM de Coimbra, no meio urbano. Os carregamentos e fechos são comunicados pelos operadores da CCAM de Coimbra e pela empresa de segurança à Caixa Central, para que esta possa contabilizar os referidos valores.

Outra das funções no estágio da CCAM de Coimbra consistia em recorrer ao sistema informático interno central e aceder à conta contabilística referente às caixas automáticas⁹ do dia útil anterior e, também, do fim-de-semana ou feriados, se assim se aplicar até ao dia recorrente. Procurava os montantes dos carregamentos e fechos efetuados, assim como os valores das sobras e falhas, caso existissem, das várias ATM. Estes dados, tais como os talões referidos anteriormente, eram transcritos numa folha de cálculo devidamente programada e pré-guardada no servidor da CCAM de Coimbra.

Após transcrever os carregamentos e fechos na folha de cálculo em cada ATM, estas apresentavam um saldo em cada período contabilístico, saldo esse que é transcrito numa outra folha de cálculo somando os ATM de cada balcão e conferido com os valores presentes no balancete diário¹⁰. Caso os saldos não coincidissem, era necessário reportar tais diferenças aos responsáveis, de modo a serem solicitadas novas informações ou esclarecimentos de erros e, posteriormente, as respetivas correções. Depois de tudo conferido, é impresso o respetivo controlo de ATM e arquivado nos movimentos do dia juntamente com os mapas e com o controlo de caixa.

Outra tarefa que constava no dia a dia, também referente ao controlo dos ATM, consistia em analisar os mapas contêm todos os levantamentos em dinheiro efetuados nas ATM

⁹ Conta contabilística 5480030000000000 – ATM Caixas automáticas.

¹⁰ Mapa FM2016, conta contabilística 5480030000000000 – ATM Caixas automáticas,

dos dias anteriores, e transcrevê-los para a folha de cálculo, para que no dia seguinte sejam considerados e apurados em saldo.

De notar, ainda que, ao inserir os montantes de carregamentos de fecho e os respetivos levantamentos nos diferentes períodos contabilísticos de cada ATM, o saldo da mesma tem de ser zero. Caso o saldo não se verifique nulo, significa que ocorreu uma anomalia nos ATM (Time Out ou um problema com a SIBS), isto é, quando o saldo contabilístico não coincide com a contagem das notas, no momento da recolha do capital e do período em análise.

Quando esta retenção ou entrega de notas de modo indevido (sobra ou falha) era detetada, a função era a de preencher um pedido de regularização de anomalias nos ATM, onde constavam os dados da máquina em questão, o período contabilístico, a data do respetivo carregamento e fecho, o número de notas distribuídas e o montante e o tipo de anomalia. A este documento eram anexados os comprovativos, tais como, os talões de carregamento, de fecho e time out. Após este procedimento, era enviado para a Caixa Central com o conhecimento da supervisora de estágio, de modo a corrigirem a anomalia e a ser ajustado o valor contabilístico ao valor real.

2.3 Retificação de Faturas

Com base nos extratos disponibilizados pelos diversos fornecedores da CCAM de Coimbra, no sistema informático central e nas faturas físicas de cada fornecedor, era possível averiguar se possuíam erros na contabilização ou faturação das mesmas. Caso existisse, tinha como responsabilidade reportar tais diferenças ou erros aos responsáveis pela faturação ou pela contabilização.

Enquanto estagiária na Caixa Agrícola, foi-me solicitada também a verificação das faturas referentes à nova agência em Antanhol. O trabalho consistia em analisar todos os orçamentos e faturas e confrontar valores.

2.4 Atos Administrativos relativos a Títulos de Capital e Seguros

Para se tornar sócio na Caixa de Crédito Agrícola, qualquer candidato terá de ser admitido em Assembleia Geral e subscrever um mínimo de 100 títulos de Capital Social, no valor unitário de 5€, totalizando um valor total de 500€ em títulos de capital¹¹.

Relativamente a esta questão, tinha como função, através do número de sócio, recorrer ao sistema informático central e identificar o balcão afeto a cada cliente. Era necessário enviar por correio interno para cada balcão os documentos referentes aos títulos de capital, para que os colaboradores pudessem contactar os clientes para procederem à sua assinatura e receção dos duplicados. Após esta conduta, eram reenviados novamente por correio interno para serem arquivados nas pastas específicas, para eventuais consultas futuras.

Outra função realizada ainda em relação aos títulos de capital, diz respeito ao pedido de reembolso por partes dos associados. Através do sistema informático central, era verificada a situação atual dos clientes que pediam reembolso, quais aqueles que tinham crédito, cartão de crédito, admissão há menos de 3 anos e quais ainda não receberam o endosso. Para os sócios em que o reembolso era aprovado em Assembleia Geral, a função era a de elaborar uma carta para cada um dos associados, com a informação da aprovação dos pedidos de reembolso.

Todas as cartas são devidamente registadas e digitalizadas, de modo a facilitar a consulta futura.

A CCAM de Coimbra presta também serviços de seguros através da CA Seguros e da CA Vida. Estes contratos de seguros após serem validados e registados informaticamente, tinham de ser arquivados nas respetivas pastas.

2.5 Gestão do Património

Relativamente aos Imóveis, outra função que me fora atribuída, respeitava ao registo e à verificação dos imóveis pertencentes à CCAM de Coimbra, adquiridos por dação ou ação

¹¹ Esta informação está disponível no site institucional do Crédito Agrícola:
<http://www.creditoaagricola.pt/CAI/Associados/SerAssociado/Serassociado.htm>

judicial. Para proceder ao referido registo, era também da minha competência recolher da conservatória, das finanças e, por vezes, das Câmaras Municipais informações acerca desses mesmos imóveis.

2.6 Elaboração de Mapas Financeiros

Apesar de a banca dispor de um plano de contas específico, revelaram-se particularmente relevantes os conhecimentos adquiridos enquanto estudante de Licenciatura e de Mestrado no ISCAC.

No estágio tive a oportunidade de elaborar e analisar um relatório de controlo orçamental do balanço (Anexo 3), das demonstrações de resultados (Anexo 4), dos gastos de exploração (Anexo 5), das rentabilidades e dos rácios, com o objetivo de verificar o cumprimento do orçamento definido, de modo a destacar os desvios mais significativos. Este controlo iria ser apresentado mais tarde ao Conselho de Administração, com o objetivo de servir como base para a realização do Relatório de Gestão de 2016 da CCAM de Coimbra (Anexo 6, 7, 8, 9, 10 e 11).

Ao analisar as várias rúbricas, foram colocados em prática conhecimentos e competências adquiridos e que já tinham sido desenvolvidos em unidades curriculares como é o caso de Contabilidade Financeira, Análise Financeira, Gestão Financeira, entre outras disciplinas da licenciatura em Contabilidade e Auditoria.

2.7 Controlo da Modelo 10

A modelo 10 tem como objetivo declarar os rendimentos sujeitos a imposto (IRS e IRC) e as retenções na fonte, obtidos pelas entidades residentes em território nacional.

Desta forma, para controlar os valores de retenção na fonte na modelo 10, era recolhida toda a documentação física disponível que continha retenção na fonte e recorria ao sistema informático Central¹². Numa folha de cálculo para o efeito e pré-guardada no servidor da CCAM de Coimbra, era transcrita a data e o número da fatura, o nome do

¹² Conta contabilística 513110000000000 – Credores e outros recursos – setor publico adm. – retenção de impostos na fonte sobre o rendimento de trabalho independente dos residentes.

prestador de serviços, o valor bruto e a retenção na fonte da mesma. A soma das retenções de cada mês, teria de dar o valor a pagar mensalmente na modelo 10.

2.8 Correspondência Recebida e Enviada

A correspondência na CCAM de Coimbra é remetida por correio interno (entre as caixas associadas) ou externo (a clientes).

Sempre que é recebida a correspondência, esta é registada em “Excel” num ficheiro pré-guardado no servidor da CCAM de Coimbra, onde consta o número interno de correspondência recebida, a data, o tipo de documento, o assunto, e a área a que se destina. Apenas deste modo será possível averiguar a posse dessa mesma correspondência para eventuais situações futuras.

Assim como a correspondência recebida, a enviada também é registada num ficheiro em Excel pré feito, que comporta a data, o número de referência, o assunto, a quem se destina e a área do envio dessa mesma correspondência. Apresenta uma pequena particularidade, a que esta última é também digitalizada e guardada com o número de referência para eventuais consultas futuras.

2.9 Organização de Processos Crédito

Uma outra tarefa enquanto estagiária da CCAM de Coimbra, passava pela criação, organização e arquivo de pastas relativas aos processos de crédito tanto para clientes individuais como para empresas. Era requerido conferir se todas as assinaturas necessárias tinham sido recolhidas, se os documentos estavam conformes, e se os respetivos duplicados tinham sido entregues aos clientes. Se esta situação não se verificasse, eram enviados por correio interno para cada balcão, para que os colaboradores pudessem contactar os clientes, para eles assinarem e receberem os duplicados dos referidos contratos.

Os documentos presentes nos processos de crédito são os seguintes: proposta de crédito, comprovativo de rendimentos, comprovativo de património, contrato, livrança se aplicável. No caso do referido crédito ser considerado hipotecário, era necessária toda a documentação referente a esse imóvel.

Todos os processos de crédito eram arquivados no cofre da CCAM de Coimbra e após a sua liquidação total eram enviados para o arquivo dos processos liquidados.

2.10 Economato

Quando existia escassez de material nos balcões ou na sede, havia a necessidade de ser efetuada a requisição do mesmo. Essa carência era transmitida pelos colaboradores através do sistema interno de comunicação até ao final do dia, de modo a ser enviado por correio interno no dia seguinte. O referido processo tinha como finalidade controlar e registar as quantidades de material pedido, de modo a assegurar o correto e eficiente funcionamento dos balcões e da sede.

2.11 Análise do Estágio

A experiência adquirida e as tarefas desenvolvidas em contexto de trabalho permitiram-me compreender a dinâmica com que a CCAM de Coimbra atua, como os *stakeholders* influenciavam diariamente a instituição, conhecer as atuações administrativas e legais, os seus objetivos e procedimentos em que incorriam para os alcançar.

As atividades foram executadas na totalidade na Área das Atividades de Suporte, todavia teria sido interessante ter passado pelas restantes áreas, de modo a ter uma visão mais específica de todo o funcionamento da instituição e adquirir outras competências.

De um modo geral, concluo que a realização deste estágio curricular contribuiu para melhorar as competências tanto profissionais, como pessoais, o que poderá permitir ao longo da minha carreira superar obstáculos que eventualmente possam existir.

CAPÍTULO 3 –Análise de Risco de Crédito a Particulares e PME

3.1 Evolução do Acordo Basileia e o seu papel na Avaliação do Risco.

De acordo com Oliveira (2015), os Acordos de Basileia (I, II, III) tiveram origem no Bank for International Settlements (BIS) em 1930, na cidade de Basileia na Suíça. Estes acordos consistiam num “conjunto de recomendações de supervisão prudencial aplicados ao setor financeiro em geral e ao bancário em especial, em todo o Mundo” (Matias, 2012).

Começamos por abordar o primeiro Acordo.

3.1.1 Basileia I

O acordo Basileia I surgiu em 1988 com intuito de garantir maior solidez e um maior fortalecimento do sistema financeiro global e simplificar práticas de supervisão, contribuindo também para reduzir as desvantagens competitivas entre os sistemas financeiros (Pires, 2012).

De acordo com Rego (2014) houve a necessidade de estabelecer um capital mínimo a que as instituições financeiras estariam sujeitas, de modo a prevenir eventuais perdas financeiras inesperadas, com o objetivo de proteger os depositantes e os mercados financeiros.

Este requisito seria expresso através de um rácio de solvabilidade, e correspondia a 8% dos ativos ponderados por risco de capital, Risk-Weighted Assets (RWA), dentro e fora do balanço.

Com Pires (2012) que leu e citou Jackson (1999), verificamos que este acordo dividia o conceito capital em duas partes. Primeiro, o capital (Tier I) consistia nas reservas, prémios de emissão, lucros, capital realizado, fundos para riscos bancários gerais e diferenças negativas de primeira consolidação e revalorização (equivalência patrimonial), assim como também as insuficiências de provisões para encargos com reformas. Por fim, o capital suplente (Tier II) constituído pelos passivos subordinados de médio e longo prazo, reservas de reavaliação, títulos de participação e ações preferenciais perpétuas.

Com o passar do tempo constatou-se uma sensibilidade ao risco insuficiente e um estímulo de avaliação de capital regulamentar, ou seja, este acordo não tinha em consideração o risco de cada operação individual nem da redução do risco de crédito resultante das diversas carteiras de crédito.

Foram as constantes críticas à falta de regulação e a globalização financeira que conduziram à necessidade da criação de um novo acordo. Atente-se nos princípios deste.

3.1.2 Basileia II

Publicado em junho de 2004, este novo acordo tinha os mesmos objetivos que o anterior, porém, com algumas adaptações, nomeadamente a igualdade e transparência entre os sistemas financeiros e o englobamento de novos tipos de risco. Entre eles podemos destacar, o risco operacional, sendo que a Basileia I apenas contemplava o risco de crédito e o risco de mercado.

Este acordo, tal como refere Carvalho e Caldas (2006), conforme citado por Oliveira (2015), foi consolidado sobre três pilares, com o objetivo de aperfeiçoar o cálculo de capital mínimo requerido, apresentando assim diversos fatores de ponderação e mitigação para o cálculo do risco, desenvolvendo relevantes alterações respeitantes ao risco de mercado e orientando a ponderação dos riscos operacionais, proporcionando assim maior certificação de confiança no sistema financeiro internacional.

O primeiro pilar refere-se aos requisitos mínimos de capital, a partir de medidores de risco de crédito, mercado e operacional.

No que respeita ao risco de crédito, este pode ser avaliado por três formas distintas: o método padrão (*standard*), baseado nas notações divulgadas pelas agências de rating; o método das notações internas (Foundation, IRB - Internal Ratings Based) e, por último, o método avançado das notações internas (*advanced IRB*), ambos utilizados nos sistemas internos de notação para cálculo dos requisitos de capital.

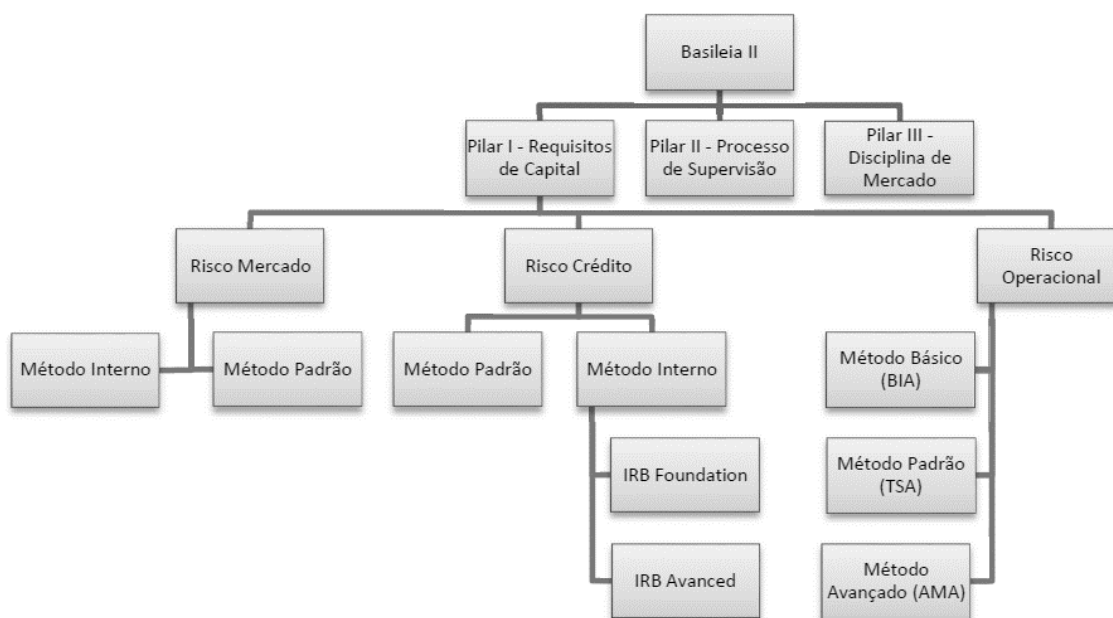
Relativamente ao risco de mercado, a metodologia usada é o Value at Risk (VAR) que compreendia na retificação da definição da carteira de negociação e, na introdução de princípios para avaliar as posições na carteira de negociação e, na imposição de requisitos de capital para fazer face a eventuais riscos de mercado de novos instrumentos.

Em relação ao risco operacional, este é definido por três metodologias de cálculo para mensurar o capital: Método do Indicador Básico (BIA, Basic Indicator Approach); Método Padrão (STA, Atandardized Approach); e o Método de Medição Avançada (AMA, Advanced Measurement Approach).

O segundo pilar da Basileia II, baseia-se nas políticas e práticas de supervisão e revisão do sistema bancário, ou seja, tal como refere Oliveira (2015), neste segundo pilar o Comité de Basileia recomenda que as autoridades de supervisão e fiscalização devam encorajar e verificar a adoção de boas práticas de gestão de risco e seu controlo.

Por último, o terceiro pilar encontra-se relacionado com a disciplina do mercado, isto é, a importância da transparência na divulgação de informações sobre a situação financeira e a solvabilidade das instituições.

Figura 15 - Esquema Basileia II



Fonte: Rego (2014)

De acordo com Dantas et al. (2010), citado por Matias (2012), podemos constatar que as orientações referidas no acordo Basileia II atualizam os padrões definidos no Basileia I, procurando colmatar as lacunas e limitações, e apresentando alternativas mais aprimoradas para o cálculo do capital mínimo regulamentar, aproximando-o do capital económico calculado pelas próprias instituições bancárias na gestão dos seus negócios. O Basileia I impunha a alocação de capital para risco de crédito e risco de mercado, já o novo acordo, além de promover mudanças consideráveis e relevantes em relação ao alcance do risco de mercado, considera também díspares fatores de ponderação e

atenuadores no cálculo da exposição ponderada pelo risco, e também norteia a consideração dos riscos operacionais. O cálculo de capital regulamentar passou a considerar desde abordagens padronizadas, semelhantes ao padrão de Basileia I, até abordagens avançadas e complexas, das quais o capital regulamentar é calculado a partir das próprias medidas de risco que as instituições financeiras usam internamente na gestão dos seus negócios.

3.1.3 Basileia III

Em 2010, o comité de Basileia do BIS, na sequência da profunda crise no sistema financeiro mundial em 2008, procedeu a uma nova atualização do acordo que integra alterações regulamentares extremamente significativas nos domínios do capital, liquidez e rácio de alavancagem, previstas a partir de 2013 de forma faseada até 2019.

Os principais objetivos desta nova implementação eram o reforço dos requisitos de capital das instituições bancárias, o aumento da qualidade desses mesmos capitais, a redução do risco sistemático e o período de transição suficiente para acomodar as novas exigências.

Portanto, segundo o comité de Basileia e Matias (2012), as novas medidas do terceiro acordo consistem:

No acréscimo de 2% para 4,5% da parcela do capital, aumentando assim o Tier (core Tier 1), fazendo com que este passe a ser designado por *common equity*; no aumento da quantidade de capital, ao introduzir um novo intervalo designado por capital conservation buffer, estabelecido em 2,5% do património comum, que consiste na criação, em períodos de fragilidade, de um “amortecedor” utilizado em eventuais períodos de crise, elevando-se assim para 7%; no acréscimo, de 4% para 6%, do valor total do Tier I; na introdução de uma almofada de segurança anticíclica (*countercyclical capital buffer*); na afixação de um rácio de alavancagem mínimo de 3%; e na inclusão do risco de liquidez, com o intuito de ser resposta à fragilidade observada quando existe crise.

Com este acordo, pretendia-se que a rentabilidade dos capitais próprios (ROE – *Return On Equity*) diminuíssem até 2013 cerca de 0,3% e em 2016, 2,1%.

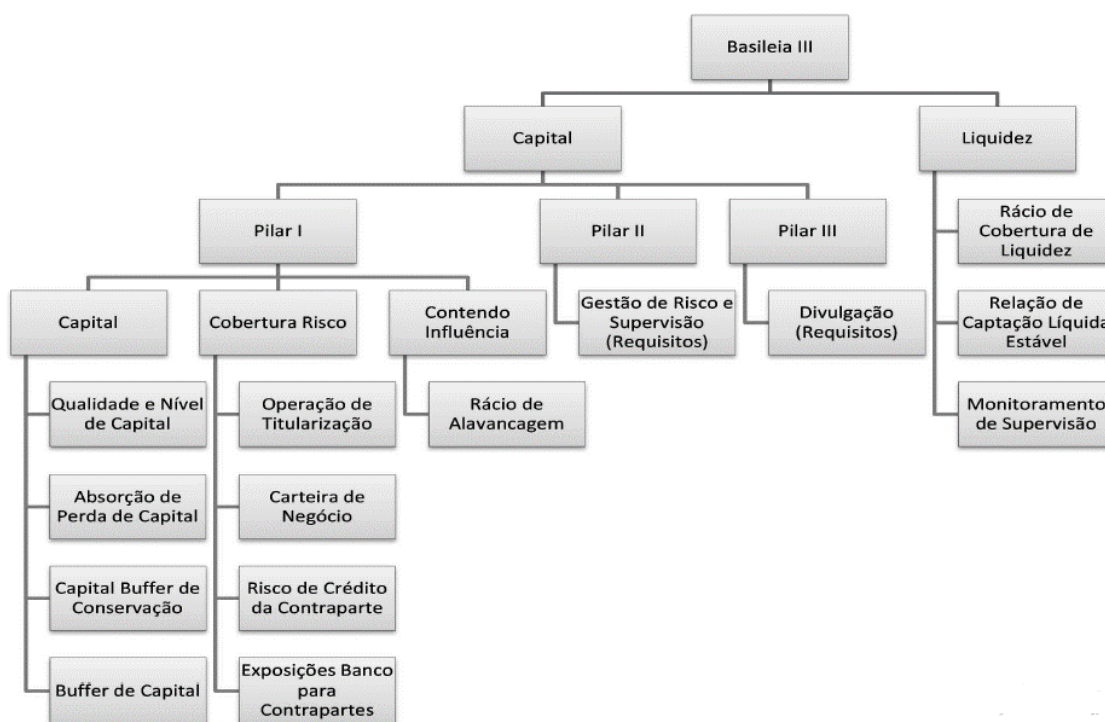
Segundo o comité da Basileia, em 2010, o objetivo era tornar as instituições bancárias mais resistentes a possíveis dificuldades em financiamentos de curto prazo, assim como fazer face aos desencontros estruturais de prazos das suas posições ativas e passivas.

Como requisito de liquidação, introduziu-se um rácio de liquidez de curto prazo (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) para garantir que as instituições bancárias possuam ativos líquidos de qualidade, suficientes para mitigar um cenário de crise de muito curto prazo (1 mês).

Foi também criado um rácio de financiamento estável líquido (NSRF – *Net Stable Funding ratio*) de longo prazo para aumentar os incentivos. Assim, os bancos podiam-se financiar através de fontes mais estáveis numa base estrutural.

Tal como refere Matias (2012) quando citou Mendonça et al. (2011), a Basileia III inclui também um sistema de monitorização que permite ao supervisor identificar e analisar as tendências de liquidez das bancas e do sistema em geral.

Figura 16 - Esquema Basileia III



Fonte: Rego (2014)

Para finalizar, as propostas do comité de Basileia reforçam as reformas de regulamentação e supervisão micro prudencial (resistência a choques em períodos de stress financeiro-económico), e acrescentam uma supervisão macro prudencial para melhorar a resistência do sistema bancário global (*buffers* de capital contraciclo e medidas de resposta ao risco sistemático).

3.2 O Risco da Atividade Bancária

De acordo com Oliveira (2015) e Silva (2014), o sector bancário, através da sua natureza específica, contempla diversos riscos e está presente em qualquer situação que implique a tomada de decisões em que os resultados se reflitam no futuro, o que pode traduzir-se na sua diferenciação perante o previsto à priori. Estes riscos são originados por fatores endógenos ou exógenos e podem acarretar perdas à instituição financeira, dependendo da sua extensão, o que influencia a estabilidade, a solvabilidade e a solidez da mesma, com consequências negativas também para os depositantes, investidores ou acionistas e, na confiança do sistema financeiro em geral.

Amaral (2015) refere que os tipos de riscos bancários podem ser denominados por risco financeiro, risco não financeiro ou outro tipo de risco.

O primeiro, o risco financeiro, verifica-se quando este está diretamente relacionado aos ativos e passivos monetários da instituição e engloba três tipos de risco - de crédito, o de mercado e o de liquidez. Por outro lado, o risco não financeiro ocorre quando resulta de circunstâncias externas, tais como fenómenos sociais, políticos ou económicos, ou internas como recursos humanos, tecnologias, procedimentos. Estes riscos contemplam o risco operacional, o risco de negócio ou de estratégia, o risco de reputação, o risco legal ou de *Compliance*, o risco de país e o risco de fundo de pensões. Por último, o outro tipo de riscos, ou outros riscos, consiste, por exemplo, no risco de solvência, no risco de contágio e no risco sistémico. Estes são considerados riscos específicos cujo impacto negativo pode provocar um forte desequilíbrio para todo o sistema financeiro, quer a nível do país quer do mundo.

Os bancos devem realizar uma eficiente e equilibrada gestão dos riscos relacionados com a sua atividade, permitindo incorrer riscos conscientemente e antecipar possíveis mudanças que tenham um impacto adversativo na atividade, sendo que, só assim será possível implementar processos de gestão de riscos que permitam assumir os riscos, mantendo-os sob controlo.

3.2.1 Risco de Crédito

Bessis (2010), conforme citado por Amaral (2015), defende que o risco de crédito é o tipo de risco mais relevante na atividade bancária, uma vez que é associado à possibilidade de a instituição se envolver em perdas financeiras, resultantes do incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelos respetivos credores nas suas operações de crédito. Esta situação de incumprimento pode ser conduzida pela má gestão ou administração, por dificuldades de natureza económica, por falta de vontade de cumprimento das obrigações assumidas, entre outras razões que podem levar a problemas financeiros. O risco de crédito engloba três tipos, a saber:

- O risco de incumprimento (*default*) refere-se à incerteza de o tomador de crédito cumprir as suas obrigações financeiras em determinado contrato, num certo período de tempo (como por exemplo: pode provocar uma perda total ou parcial do valor emprestado ao tomador de crédito, a partir de uma reestruturação de uma operação de falência ou liquidação do devedor).
- O risco de concentração diz respeito a potenciais perdas decorrentes da concentração de empréstimos elevados a um pequeno número de mutuários e/ou grupos de risco, ou sectores de atividade.
- O risco de degradação da garantia (colateral) reporta-se à probabilidade de ocorrer *default* pela queda da qualidade oferecida, isto é, quando a mesma é desvalorizada do colateral no mercado ou pelo desaparecimento do património do tomador de crédito. Este risco não resulta, portanto, de uma perda imediata.

O objetivo da gestão do risco de crédito consiste na maximização dos proveitos de uma instituição financeira por unidade de risco assumida, mantendo a exposição a este risco em níveis aceitáveis face aos objetivos de desenvolvimento do seu negócio e, respeitando sempre as exigências regulamentares a que está sujeita.

3.2.2 Risco de Mercado

Segundo Amaral (2015) e Oliveira (2015), este tipo de risco está relacionado com os investimentos financeiros de uma instituição de crédito, aparecendo associado às variações inesperadas e adversas que ocorrem nos mercados onde os instrumentos financeiros são transacionados e que provocam perdas de valor na carteira de ativos. O risco de mercado engloba três tipos, designadamente:

- O risco cambial corresponde à possibilidade de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro poderem vir a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da instituição.
- O risco de taxa de juro está associado à hipótese de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado, através de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções contidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.
- Por fim, outros riscos de preço, encontra-se relacionado com a evolução de uma carteira devido a variações na cotação de títulos ou do índice do mercado associado.

3.2.3 Risco de Liquidez

As instituições financeiras são as principais fornecedoras de liquidez da economia, uma vez que concedem empréstimos a investidores e consumidores para que estes tenham meios necessários para financiar os seus investimentos e necessidades de consumo.

Amaral (2015) e Oliveira (2015) referem que, o risco de liquidez é caracterizado como o risco de a instituição financeira não ter reservas e disponibilidade suficientes para honrar com as suas obrigações financeiras no vencimento, seja através de substâncias desencaixes no curto prazo, da escassez de recursos ou ainda pela incapacidade de se desfazer rapidamente de uma posição, devido às condições de mercado. Ou seja, é o risco que está associado à dificuldade de converter os seus ativos em dinheiro, em prazos e em taxas apropriadas para liquidar os seus compromissos atempadamente.

Silva (2014) e Carvalho (2014) avançam que, este risco poderá ter um impacto negativo na captação de fundos a custos aceitáveis por parte da instituição financeira, através do levantamento massivo por parte dos depositantes e encerramento de outras fontes de financiamento, afetando o passivo da instituição, o que obriga a mesma a recorrer a empréstimos em outras entidades (outros bancos ou banco central) ou à venda de ativos.

Por outro lado, poderá ter um impacto positivo através da concessão de empréstimos a clientes, por exemplo.

Veloso (2016) adianta que a gestão do risco de liquidez está diretamente associada à capacidade de as diferentes instituições financeiras manterem a sua atividade creditícia financiada e de cumprir com as suas responsabilidades atempadamente.

3.2.4 Riscos não Financeiros

O risco não financeiro resulta de circunstâncias externas, tais como fenómenos sociais, políticos ou económicos ou circunstâncias internas como recursos humanos, tecnologias, procedimentos e outros à instituição.

3.2.4.1 Risco Operacional

O risco operacional, tal como defende Mar (2007), citado por Veloso (2016), corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital. Traduz-se no risco de perdas resultantes de falhas na análise, do processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas ou externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação (*outsourcing*), de processos de decisão internos ineficazes, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

Veloso (2016) avança, ainda, que as fontes de risco operacional estão subdivididas em fontes externas, como é o caso da política, dos tributos, da regulamentação, do governo e da concorrência. No que respeita às fontes internas, pode-se exemplificar com o risco acontecido na investigação estratégica, as falhas operacionais e, podem ocorrer em função das pessoas, dos processos e da tecnologia.

Os riscos de mercado e de crédito podem resultar em perdas e ganhos, já o risco operacional resultará sempre em prejuízos.

3.2.4.2 Risco Negócio/Estratégico

O risco de negócio ou de estratégia advém de decisões estratégicas inadequadas, da fraca implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente, bem como das alterações no ambiente de negócios da instituição.

A gestão deste tipo de risco é atribuída aos órgãos de gestão e administração que devem definir a estratégia adequada e os recursos para as executar, bem como impor limites neste tipo de riscos.

3.2.4.3 Risco de Reputação

O risco reputacional traduz-se na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados e no capital. Estes efeitos são decorrentes de uma perceção negativa da imagem pública da instituição financeira, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral.

3.2.4.4 Risco Legal/*Compliance*

O risco legal ou de *compliance* é provocado por violações ou não-conformidade relativamente a leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos.

É um tipo de risco que se pode traduzir em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

3.2.4.5 Risco do País ou Soberano

O risco do país ou soberano resulta de alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, nos locais onde operam as contrapartes que impeçam o completo cumprimento do contrato. É utilizado para classificar e avaliar o risco de contraparte envolvido em empréstimos a entidades estatais, dada a semelhança entre os métodos de análise do risco-país e do risco de contraparte de um Estado (risco soberano).

3.2.4.6 Risco de Fundo de Pensões

O risco de fundo de pensões é consequência da desvalorização potencial dos ativos do Fundo de Pensões de benefício definido ou da diminuição dos respetivos retornos esperados, o que implica a efetivação de contribuições não previstas.

3.2.5 Outros Riscos

Este grupo abarca riscos específicos em que o impacto negativo pode resultar de um forte desequilíbrio para todo o sistema financeiro, quer a nível do país quer do mundo.

3.2.5.1 Risco de Solvência

O risco de solvência ou de capital refere-se à possibilidade de não sobrevivência da instituição, devido à incapacidade de cobrir, com capital disponível, as perdas geradas pelos outros riscos.

3.2.5.2 Risco de Contágio

O risco de contágio verifica-se quando ocorre uma contaminação dos problemas de um banco para outros. É resultante da natureza do sistema financeiro que promove a inter-relação entre bancos.

3.2.5.3 Risco Sistemático

O risco sistemático resulta na perturbação do sistema financeiro que pode ser suscetível de ter consequências negativas graves no mercado interno e na economia real.

3.3 Análise de Risco de Crédito

A principal função das Instituições Bancárias é a concessão de crédito e com este vem o risco associado, portanto existe a necessidade de executar normas mínimas de segurança desde a apresentação da proposta, da sua análise, da sua decisão e do seu desembolso de fundos.

Carvalho (2014) cita, na decisão de crédito poderão ocorrer medidas divergentes entre si, nomeadamente, a maximização de retornos e a minimização do risco.

A análise do crédito é fundamental para a decisão clara e objetiva do desempenho económico-financeiro do tomador de crédito, consistindo num estudo da sua situação global, do processo de acompanhamento e na monitorização de risco de crédito que deve acompanhar toda a documentação relevante para a concessão do crédito.

De modo a ser obtida uma boa gestão de risco de crédito, é necessário selecionar as contrapartidas e os produtos, os modelos relevantes de avaliação de risco e uma equipa de analistas de crédito muito experientes e qualificados são fulcrais para uma boa estratégia de seleção. Uma boa estimulação do preço de cada operação deve sempre condizer com o risco mensurado. Quando existe um certo risco de incumprimento por parte do tomador de crédito, revela-se útil implementar mais garantias de modo a aliviar o risco de recuperação, ou então, através da exigência de cláusulas mais limitativas.

Ao limitar a concessão de crédito, tornam-se evitáveis algumas perdas severas que poderão existir. O limite determina a quantidade de crédito que uma instituição poderá conceder a um determinado cliente, com um determinado perfil de risco.

A diversificação de crédito a conceder a um determinado tomador, tem como finalidade evitar problemas de concentração de risco de crédito.

O reforço de crédito protege e reforça a qualidade do crédito, ou seja, a instituição financeira compra aos fiadores financeiros a proteção de crédito na forma de garantias ou produtos derivados de crédito.

3.3.1 Análise do Risco de Crédito a Particulares

A autorização de crédito é a principal função das instituições de crédito. Os particulares, pelas mais variáveis situações, recorrem cada vez mais a estas instituições para satisfazer as suas várias necessidades de financiamento. À exceção do crédito à habitação, estas operações são geralmente de montantes bastante baixos, o que leva as instituições bancárias a ter um grande número de clientes com operações de baixo valor.

De acordo com um parecer elaborado pela instituição financeira, esse crédito poderá ser ou não concedido, uma vez que exige por parte das instituições financeiras uma análise dos vários pressupostos que sustentam e condicionam os pedidos de crédito.

A análise de crédito é o processo que reúne toda a informação relevante em relação ao tomador do crédito, com o objetivo de avaliar a sua capacidade de honrar o cumprimento quanto às obrigações assumidas.

De modo a gerir o risco, não basta a instituição financeira conhecer apenas os recursos que poderão ser afetados por acontecimentos inesperados e o montante provável das perdas, ou seja, a análise de experiências passadas pode não ser suficiente, existem vários riscos que não apresentam dados históricos e que derivam de situações bruscas e inesperadas. Nestas situações, é extremamente necessário a determinação de probabilidades através do uso de modelos estatísticos, de árvores de decisão, de modelos de simulação, entre outros.

Além da decisão da concessão de crédito ao sujeito particular, a instituição financeira terá que decidir também o valor do crédito, a duração temporal em que este será reembolsado, as diversas garantias associadas e a taxa de juro a praticar.

3.3.2 Análise do Risco de Crédito a Empresas

Tal como na análise do risco de crédito a particulares referida anteriormente, a análise em empresas também passa primeiramente por uma avaliação apropriada e precisa do risco, revelando-se necessário reunir em tempo útil elementos informativos sobre o tomador de crédito, de modo a cumprir requisitos claros, verdadeiros e uniformes.

Nunes (2016), cita que, atualmente, as pequenas e médias empresas são consideradas como sendo mais arriscadas do que as grandes empresas, uma vez que estas podem ter dificuldades em crescer, mas tendo em conta que as grandes empresas têm acesso a outras

fontes de financiamento externo, a importância de financiamento bancário para as PME é maior do que para as grandes empresas. Não obstante, as PME representam a grande maioria das empresas, o que se torna vantajoso em relação ao conhecimento deste tipo de segmento de empresas.

Relativamente aos riscos, estes podem assumir diferentes formas, a saber: ligado à produção e ao produto, relacionado com a gestão da empresa, conexo com a estrutura de capitais consequência de uma dependência mais ou menos acentuada em relação aos capitais alheios e o que está conjugado à liquidez que resulta de uma possível situação de desequilíbrio financeiro de tesouraria.

São também considerados riscos a concorrência elevada e a existência de produtos semelhantes e/ou substitutos, as alterações bruscas no ambiente político e económico, e a ocorrência de fenómenos naturais e inesperados, sendo estes últimos evitados quando protegidos por um seguro.

Fatores como o sector de atividade da empresa, o ciclo de vida do negócio, o tempo de funcionamento da empresa, o volume de negócios, a experiência do proprietário e/ou gestor, a finalidade do financiamento, o valor dos bens do avaliador em relação ao financiamento, são cruciais para a concessão do crédito.

De acordo com Lopes (2013), citado por Rosário (2016), quanto maior for a quantidade e a qualidade de informação concedida, mais assertiva será a probabilidade da análise de risco de crédito, o que conduz, então, a uma avaliação acertada, minimizando o risco na tomada de decisões no que respeita à concessão de crédito.

3.3.3 Análise Qualitativa ou Subjetiva

A análise qualitativa de uma operação de crédito encontra-se relacionada com a sua avaliação subjetiva, isto é, a avaliação das características mais intrínsecas dos tomadores de crédito, quer sejam particulares ou empresas.

Os fatores qualitativos em que se baseia esta análise, são, tradicionalmente, designados pelos cinco C do crédito: carácter, capacidade, capital, colateral e condições.

Rocha (2011) caracteriza-os do seguinte modo:

- O carácter está relacionado com a honestidade, a idoneidade, o senso moral e a reputação do tomador de crédito. Refere-se, também, ao historial do mesmo em honrar os seus compromissos financeiros, sejam eles contratuais ou morais.
- A capacidade, ao contrário do fator anterior, não se refere ao ponto de vista ético e moral do tomador de crédito em honrar os seus compromissos, mas sim nas suas possibilidades, isto é, na sua habilidade, nas competências empresarial e profissional, bem como no seu potencial comercial e produtivo.
- O capital é referido como o património líquido ou robustez financeira do tomador de crédito, ou seja, no caso das pessoas coletadas, refere-se à estrutura de capital, endividamento, liquidez e outros índices financeiros obtidos pelas demonstrações financeiras. É o fator que analisa todas as fontes de rendimento do tomador de crédito, bem como o património que possa ser utilizado como eventual garantia.
- O colateral está associado a “bens” colocadas à disposição pelo tomador para assegurar o crédito requerido. Estas garantias podem ser reais quando se trata do direito sobre os bens móveis e imóveis, geralmente através de hipotecas, penhoras, cauções, entre outras, e que poderão também ser representadas pelo património atual e futuro do devedor, fiador e avaliador.
- As condições referem-se habitualmente ao atual setor da economia e aos elementos externos de mercado que possam influenciar o tomador de crédito (subida das taxas de juro, desemprego, redução salarial). Este deve possuir agilidade e flexibilidade para se adaptar e criar mecanismos de defesa.

3.3.4 Análise Quantitativa ou Objetiva

A análise quantitativa é fundamentada em dados numéricos e está relacionada com a objetividade da informação económico-financeira e com as políticas da empresa, isto é, avalia a viabilidade, a estabilidade e o êxito de um negócio ou projeto, abrange um conjunto de instrumentos e métodos que permitam executar diagnósticos sobre a posição financeira, assim como previsões sobre o seu desempenho futuro.

Os instrumentos clássicos e usuais, referidos por Rosário (2016) e Silva (2011) são a análise do balanço, da conta de resultados, dos mapas de origem e aplicação e fundos, da demonstração de fluxos de caixa, nomeadamente através do método dos rácios.

Na prática, para analisar o risco de crédito são olhados com particular atenção o volume de negócios, ativo, passivo, capital próprio, resultados transacionados, resultado líquido do período, EBITDA, cash flow, financiamentos obtidos, suprimentos, entre outros que numa maneira ou de outra refletem o posicionamento da empresa

O balanço retrata a situação contabilística da empresa numa determinada data. Este instrumento permite analisar o equilíbrio da política de investimento, a gestão das necessidades de exploração, a política financeira e a situação patrimonial. Revela ainda a composição do património da empresa, a estrutura de capitais próprios e a sua rentabilidade. É neste instrumento de análise que analisamos todas as rubricas do ativo, passivo e capital próprio da empresa.

A demonstração de resultados apresenta em detalhe os rendimentos e os gastos de uma entidade durante um determinado período de tempo, normalmente um ano. É possível verificar se a empresa, durante esse período, teve lucro ou prejuízo, sendo exequível avaliar a sua capacidade de autofinanciamento e na sua criação de meios de tesouraria.

A demonstração da origem e da aplicação de fundos explica a evolução do capital circulante, através da análise da política de investimentos e de financiamentos e a evolução das necessidades de tesouraria.

A demonstração do fluxo de caixa explica a capacidade de uma empresa gerar caixa e equivalentes de caixa num determinado período por meio de pagamentos (exfluxos) e recebimentos (influxos).

O cash-flow trata-se de um indicador que está associado aos custos e benefícios espectáveis de um determinado projeto, é o indicador que verifica a capacidade de gerar recursos (cash-inflow) e de reembolsos (cash-outflow) das responsabilidades financeiras.

O EBITDA (*earning before interest taxes, depreciation and amortization*), corresponde ao resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. Este indicador permite avaliar o desempenho económico de uma empresa¹³.

Já o método dos rácios permite estabelecer relações entre as rubricas constantes no balanço e na demonstração dos resultados, assim como, possibilita apreciar a liquidez, a solvabilidade, a rentabilidade, os graus de rotação e as condições de funcionamento. É o

¹³ Apesar de ser um indicador que não tem uma fórmula universal, geralmente é calculado somando as amortizações e provisões ao Resultado Operacional.

método que permite avaliar a eficiência que a empresa gera nos seus ativos, sejam eles imobilizados ou circulantes.

Silva (2011), refere que para avaliar o crescimento de uma dada empresa deve-se analisar o respetivo volume de negócios e as suas variações anuais. Nesta perspetiva, é importante referir a importância de uma evolução positiva, em virtude de ser determinante para uma melhor classificação no modelo rating.

$$\text{Variação do VN} = \frac{(\text{VN}_n - \text{VN}_{n-1})}{\text{VN}_{n-1}}$$

**Em que: Volume de Negócios: Vendas + Prestações de Serviços
(Excluindo impostos)**

O rácio da rentabilidade dos ativos indica a rentabilidade da empresa sob um ponto de vista global, ou seja, mede a eficácia das medidas de gestão na utilização dos seus ativos e avalia a possibilidade de obtenção de financiamento.

$$\text{Rentabilidade dos Ativos} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo}}$$

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) segundo Silva (2011), traduz na rentabilidade do capital investido pelos sócios, sendo um instrumento que mede a capacidade dos capitais próprios de uma entidade em gerar retorno financeiros.

$$\text{ROE} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

Relativamente aos rácios de Alavanca Financeira, Silva (2011) identifica três:

- Rácio de cobertura dos encargos financeiros, que deverá ser superior a 1, transmite informação sobre a capacidade da empresa, através do seu ciclo de exploração, em fazer face aos seus encargos financeiros.

$$\text{Cobertura dos Encargos Financeiros} = \frac{\text{Excedente Bruto de Exploração}}{\text{Encargos Financeiros}}$$

- Rácio de endividamento permite aferir o peso dos capitais alheios face ao financiamento total da empresa. O valor de referência é 0,7. Caso seja superior, o

risco de crédito é considerado elevado e a concessão de crédito poderá não se verificar.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$$

- Rácio do período de recuperação da dívida, que permite analisar a capacidade de cobertura da dívida em termos mais perspetivos, colocando de parte os termos históricos.

$$\text{Período de Recuperação da Dívida} = \frac{\text{Empréstimos em Dívida}}{\text{Autofinanciamento}}$$

O mesmo autor, aponta três indicadores baseados no balanço da empresa para avaliar o equilíbrio financeiro: liquidez, solvabilidade e autonomia financeira.

Segundo Rocha (2011), Silva (2011) e Rosário (2016), os rácios de liquidez têm como finalidade, analisar a capacidade de uma entidade solver os seus compromissos financeiros a curto prazo. Por essa razão que estes indicadores têm elevada importância para os analistas de crédito e banqueiros.

O rácio de liquidez geral procura medir a capacidade da empresa em cumprir com os seus compromissos de curto prazo. O valor de referência depende do setor de atividade e, caso esse valor seja inferior ao valor considerado normal poderá traduzir-se em dificuldades de tesouraria.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

O rácio de liquidez reduzida, tal como o anterior, permite analisar a capacidade da empresa em cumprir com os seus compromissos de curto prazo, mas de uma forma mais restrita, ou seja, sem ter que depender da venda das existências. O valor de referência é 1, pois caso seja superior pode significar que a empresa tem capacidade para solver todas as suas obrigações de curto prazo, sem depender da venda dos inventários.

$$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$$

O rácio de solvabilidade avalia a capacidade da empresa em solver as suas dívidas em caso de cessação da sua atividade. O valor de referência situa-se em 0,5. Quanto maior for o valor deste rácio, menor será o risco dos credores.

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$

O rácio de autonomia financeira (AF) mede a participação do capital próprio no ativo total da empresa. O valor de referência deverá ser igual ou superior a 0,35. Caso seja inferior, significa que a empresa está muito dependente de capitais alheios, sendo o risco para os credores acrescido.

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo}}$$

De modo a avaliar como a empresa utiliza os seus recursos, Silva (2011) apresenta os seguintes rácios de funcionamento:

- O Rácio do Prazo Médio de Stockagem (PMS) permite determinar o tempo médio que as existências permanecem em armazém, desde o momento da sua entrada.

$$\text{PMS} = \frac{\text{Existências}}{\text{CMVMC}} \times 365 \text{ dias}$$

- O Rácio do Prazo Médio de Recebimentos (PMR) permite determinar o tempo médio que os clientes demoram a pagar as suas dívidas.

$$\text{PMR} = \frac{\text{Clientes}}{\text{Vendas} \times (1 + \text{taxa de IVA})} \times 365 \text{ dias}$$

- O Rácio do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) possibilita determinar quanto tempo demora a empresa a pagar as suas dívidas aos fornecedores. Um valor elevado pode indicar problemas da empresa em cumprir com os seus compromissos, o que se pode tornar num fator de risco para os credores, no decorrer de uma concessão de crédito.

$$\text{PMP} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras} \times (1 + \text{taxa de IVA})} \times 365 \text{ dias}$$

Portanto, para que o banco possa analisar a situação económico-financeira de uma empresa, é necessário o recurso a alguns indicadores, sendo que os mais utilizados são os rácios. Contudo, os rácios apenas constituem um instrumento de análise que deve ser complementado pelos outros indicadores.

3.3.5 Modelo Scoring

Segundo Batista (2011), conforme solicitado por Pires (2012) refere que, o *scoring* é uma medida que avalia a capacidade de crédito de uma pessoa singular ou coletiva. Assim, o *credit scoring* é um processo que converte a informação do solicitante em números, com o auxílio de uma tabela de pontuação designada por tabela *scoring* (*scorecards*), com o objetivo de prever a capacidade dos tomadores de crédito em honrar os seus compromissos. Este método avalia quais as variáveis estatísticas que influenciam a probabilidade de incumprimento.

A pontuação é comparada com o ponto de referência designado como pontuação de corte (*cut-off score*) e, quanto maior for essa mesma pontuação, menor será a capacidade de incumprimento do tomador de crédito. Inversamente, quanto mais baixa for essa mesma pontuação, maior será a capacidade de incumprimento e, conseqüentemente a atribuição de crédito será recusada. Esta pontuação pode ser modificada conforme a posição do comportamento do tomador de crédito.

No fundo, o pressuposto deste modelo é desenvolver métricas que distingua os “bons dos maus” clientes.

Este método, como já foi referido, pode ser aplicado a pessoas singulares e coletivas, sendo que o primeiro utiliza uma base de informações cadastrais e comportamentais, tais como, idade, profissão, rendimento mensal, número de filhos, tipo de habitação, entre outros. Já os segundos, os indicadores e rácios económico-financeiros são utilizados como variáveis determinantes.

Existem quatro tipos de *scoring*: (i) o *application scoring* que avalia o crédito e o risco associado a novos clientes; (ii) o *behavioral scoring* ou o score de comportamento, que estima o crédito e os riscos de aumentos de “plafond” ou atribuição de mais crédito a clientes já existentes; (iii) o *collection scoring* ou recuperação de crédito/cobrança de atrasos, que divide os clientes em diversos níveis de dívida para uma maior rapidez de

atribuição de crédito em casos mais urgentes, ou seja, promove a eficácia, o ordenamento de prioridades de cobranças, entre outros; e por último, (iv) o *fraud detection*, que separa os clientes segundo as probabilidades de haver ou não casos de aplicações fraudulentas.

É de referir que existe três instrumentos de avaliação no método de *scoring*, sendo que a principal diferença é a quantidade de informação disponível para estimar o nível de crédito do cliente (modelos de solicitação, comportamentais ou de cobranças).

Os métodos utilizados para calcular o *credit scoring* são: a regressão linear¹⁴, a análise discriminatória¹⁵, a regressão logística¹⁶, as árvores de decisão¹⁷, as redes neuronais¹⁸ e a programação linear¹⁹.

No entanto, antes de aplicar o método a ser utilizado, é necessário apurar outras variantes, tais como: verificar a adequabilidade do método, isto é, se é ou não adequado e que não viole nenhum pressuposto das políticas e procedimentos da instituição. É igualmente necessário averiguar a rapidez no desenvolvimento (facilidade de aplicação e construção da scorecard), a adaptabilidade do método às necessidades da organização e, a transparência nos resultados (fácil compreensão do método aplicado).

Uma das grandes vantagens *do credit scoring* é o facto de este possibilitar a automatização das decisões na atribuição do crédito a clientes, evitando, assim, um elevado número de clientes classificados pelos analistas de crédito e que possam perder a igualdade de requisitos a cumprir. Uma das grandes desvantagens é a dificuldade dos gestores em considerarem os clientes “bons ou maus” na concessão de crédito ao implementar o modelo.

¹⁴ É caracterizada pelo aumento de um valor que em contrapartida existe a diminuição/aumento de outro numa proporção constante.

¹⁵ Em que o objetivo passa por segmentar ou separar clientes em dois ou mais grupos previamente definidos e classificar um novo cliente num desses grupos.

¹⁶ Este método tem em consideração que numa aplicação *scoring* não se pretende apurar um grande número de resultados para a variável dependente e opta-se por uma variável binária que assume valores zero ou um.

¹⁷ São técnicas estatísticas, não paramétricas, de reconhecimento de padrões.

¹⁸ Estas simulam o funcionamento do cérebro humano, executando tarefas de reconhecimento de padrões, classificação e modelagem de processos. O objetivo é melhorar os modelos de classificação e construir um sistema capaz de atualizar automaticamente os dados.

¹⁹ Os algoritmos genéricos iniciam-se com uma população aleatória de soluções para uma determinada função objetivo, ou seja, o objetivo é conseguir uma nova população de soluções melhoradas.

3.3.6 Modelo Rating

A noção de *rating* nasceu nos Estados Unidos da América, e é uma metodologia de análise que avalia a capacidade futura de um dado credor satisfazer, completa e atempadamente, o pagamento de capital e juros devidos, ou seja, é um indicador que mede a probabilidade de uma entidade honrar, atempadamente e na íntegra os compromissos financeiros.

A classificação final depende da perceção que o analista tenha sobre a situação global da empresa e da sua capacidade de solver os seus compromissos. A atribuição desta notação é efetuada por entidades especializadas na avaliação da capacidade creditícia de emissores de títulos, tais como *Moody's Investors Services*, *Fitch Inc.* e *Standard & Poor's (S&P)*. No caso português, registre-se a presença da Companhia Portuguesa de Rating (CPR).

O *rating* interno encontra-se relacionado com os requisitos mínimos de capital que as instituições bancárias concedem aos seus clientes, isto é, recolhem informações e características dos seus clientes e comparam clientes com as mesmas características, nomeadamente informações passadas de situações de incumprimento. Por outro lado, o *rating* externo é realizado pelas agências de notação que permitem aumentar o grau de informação que, por sua vez, aumenta o rigor na tomada de decisões.

Cada agência aplica a sua própria metodologia para medir a qualidade de crédito, normalmente são expressos por meio de letras e/ou números, que refletem a sua capacidade creditícia, porém, algumas integram ainda sinais (+/-) na emissão das suas notações, isto é, o sinal positivo (+) indica um reforço de solvabilidade do destinatário da notação de risco, já o sinal negativo (-) representa uma redução de solvabilidade do destinatário da notação, no entanto, a inexistência de um sinal transmite estabilidade, dentro da categoria. A tabela 2 apresenta, resumidamente, as diferentes classificações de crédito pelas agências de notação referidas anteriormente.

Tabela 2 - Classificações de risco pelas agências de notação (Rating)

	Interpretação	S&P / Fitch	Moody's
<i>Grau de Investimento</i>	Segurança Financeira excepcional: é improvável que a sua forte posição seja debitada a ponto de se tornar inadimplente.	AAA	Aaa
	Situação Financeira excelente: embora os riscos de longo prazo sejam maiores, quando comparados à classe superior.	AA	Aa
	Boa Segurança Financeira, mas alguns elementos sugerem uma possibilidade de dificuldades no Futuro.	A	A
	Segurança financeira adequada, mas carece de certas proteções, podendo ser suscetível a falhas no longo prazo.	BBB	Baa
<i>Especulação</i>	Segurança Financeira questionável, capacidade moderada de satisfazer obrigações, posição futura insegura.	BB	Ba
	Fraca segurança financeira, baixa garantia de pagamentos de obrigações de longo prazo.	B	B
	Segurança Financeira muito fraca, pode estar inadimplente ou em risco de atrasos.	CCC	Caa
	Situação financeira extremamente fraca, frequente inadimplente, ou passando por outras dificuldades.	CC	Ca
	Normalmente inadimplente e com baixo potencial de recuperação.	C	C
	Insolvente / inadimplente	D	---

Fonte: Silva (2014) e Jorion (2007)

Na atividade de concessão de crédito, a banca também pratica o *rating* através de práticas desenvolvidas pelos seus departamentos de risco de crédito, ou seja, os *ratings* externos são atribuídos pelas agências de notação e os internos são desenvolvidos e atribuídos pelos próprios bancos. Desta forma, é possível comparar informações relevantes sobre os seus clientes, e tirar conclusões acerca da probabilidade de incumprimento.

Comparativamente ao modelo de *rating*, o *scoring* avalia questões de curto prazo, caso dos particulares, já o outro está relacionado com questões mais de longo prazo, como é o caso das instituições financeiras e setor público.

O *rating* é uma opinião privada de uma agência de notação que tem em conta dados estatísticos e qualitativos, enquanto o *scoring* é um sistema que agrupa pontos ou atributos por meio de técnicas estatísticas.

Ao longo deste capítulo foi realizada uma análise ao risco de crédito a particulares e PME. Assim abordei não só o risco de crédito e as técnicas e modelos para o mitigar como também fiz uma síntese de outros riscos na atividade bancária e abordei a evolução do acordo de Basileia.

No próximo subcapítulo, darei a conhecer os diversos produtos e serviços comercializados tanto pela CCAM de Coimbra como pelo Grupo CA.

3.4 Produtos de Crédito da Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra proporciona as melhores condições e meios para ajudar a concretizar os objetivos dos seus clientes, apresentando um vasto leque de produtos de crédito para todos os segmentos, adaptados às realidades locais e ao mercado em geral. No entanto, com base no Manual de Produtos de Crédito da CCAM de Coimbra são descritos de forma breve, pois os seus detalhes podem ser solicitados em qualquer balcão da CCAM de Coimbra.

3.4.1 Empréstimo em Conta Corrente

O empréstimo em conta corrente é um empréstimo de curto prazo (em regra semestral), no qual é disponibilizado um limite de crédito a uma empresa, profissional liberal ou empresa de nome individual, a ser utilizado em sistema de revolving, por um prazo determinado, tendo o reembolso que ser realizado no limite até à data de vigência do contrato.

Este empréstimo é realizado através de uma conta paralela (conta caucionada) e, tem a particularidade de estabelecer contratualmente um prazo fixo sem a possibilidade de renovação, um prazo fixo com renovação automática ou um prazo fixo com renovação a pedido do mutuário e com ausência da entidade mutuante.

3.4.2 Empréstimo em Conta Corrente (adiantamento de cheques pré-datados, Crédito Comercial)

Este produto de crédito é um empréstimo de curto prazo, por norma com renovação semestral, no qual é disponibilizado um apoio à tesouraria das empresas e das empresas de nome individual. O crédito envolve e responsabiliza o cliente e os seus clientes, uma vez que o não cumprimento acarreta sanções para o sacador do cheque, e este produto tem a finalidade de o cliente antecipar a disponibilização de fundos.

3.4.3 Conta Completa e Conta Negócio

Este tipo de produtos tem como finalidade a disponibilização de fundos, de valor relativamente baixo, com o objetivo de suprir as necessidades pontuais de tesouraria dos clientes.

Este produto não deve permitir que o cliente tenha contas devedoras por longos períodos e, só deve ser proposto a clientes que evidenciem uma boa capacidade de solver compromissos.

3.4.4 Descobertos contratados não enquadrados em Conta Completa e Conta Negócio

Este tipo de produtos permite que os clientes possam fazer face a dificuldades de tesouraria momentâneas, podendo estes levantar fundos ou fazer pagamentos a partir da sua conta de depósito à ordem, num montante que excede o saldo dessa conta.

Corresponde a um tipo de crédito que deve ser sujeito a uma prévia e consistente negociação na permissão por parte da CA.

O saldo devedor na conta de depósitos à ordem, por norma deve ter um prazo muito curto até o limite do contrato.

A diferença entre descoberto contratado e não contratado, está relacionada com o facto de o primeiro ter um carácter comum, uma vez que é previamente negociada contratualmente e por permitir gerir e avaliar melhor o risco que a segunda.

3.4.5 Crédito Pessoal

O crédito pessoal destina-se a diversas finalidades de consumo, por parte de pessoas singulares e a quem normalmente não é exigida qualquer garantia real associada ao contrato.

As modalidades usuais para o crédito pessoal abrangem, habitualmente, o crédito ao consumo, o crédito ao ensino, o crédito aos eletrodomésticos, o crédito aos automóveis e outros veículos, o crédito ao mobiliário, o crédito às empresas, o crédito à saúde, entre outros.

3.4.6 Crédito à Habitação

A CCAM de Coimbra oferece soluções de crédito à habitação pensadas para simplificar a vida dos jovens que procuram casa e das famílias que estão a crescer. Trata-se de um tipo de crédito destinado a clientes particulares e a empresas em nome individual ou profissionais liberais.

No crédito à habitação existe a modalidade de empréstimo de médio e longo prazo, para diversas finalidades de crédito, que pode ser solicitado para a aquisição, construção e realização de obras de habitação própria permanente, secundária ou arrendamento ou aquisição de terreno para construção de habitação própria permanente, secundária ou arrendamento. Pode, também, ser usado para a recuperação ou ampliação de prédio ou fração de prédio para habitação próprio, ou até mesmo para a realização de obras de conservação ordinária, extraordinária ou de beneficiação.

Neste sentido, existem três modalidades de prestações, tais como as prestações constantes em que o valor das mensalidades é sempre o mesmo durante o tempo do empréstimo, existindo a possibilidade de recorrer a taxas variáveis indexadas (tradicional) ou taxas fixas para o período inicial (segura). Prestações com valor residual, que permitem amortizar uma percentagem do capital emprestado na última prestação do plano de pagamentos, é o tipo de modalidade que apenas é aceite para a aquisição de habitação, quando o prazo é idêntico ao da modalidade das prestações constantes. Por fim, a modalidade das prestações fixas, cuja prestação constante de capital e de juros manterá o mesmo montante ao longo da vida do empréstimo, independente das variações da taxa de juro, apenas é aceite para a aquisição de habitação própria.

3.4.7 Crédito ao Investimento

O crédito ao investimento é um produto bancário de médio-longo prazo, que se destina a suportar, com flexibilidade, projetos de investimento, de construção, de aquisição de edifícios, máquinas e grandes equipamentos que visam ser usados no ciclo produtivo da empresa. É um tipo de crédito formalizado através de um contrato com plano de reembolso previamente definido.

3.4.8 Crédito à Construção para a Venda

O crédito à construção para a venda, é um produto bancário de crédito ao investimento que a CCAM de Coimbra concede, com a finalidade em apoiar a urbanização de terrenos e/ou a construção de imóveis.

3.4.9 Leasing (Leasing Imobiliário e Leasing Mobiliário)

O leasing é uma modalidade de financiamento especialmente dirigido a clientes do Crédito Agrícola que pretendam adquirir ou construir um bem destinado à sua atividade profissional. A função da CCAM de Coimbra é adquirir e pagar o bem ao fornecedor, após o cliente (locatário) ter negociado as condições. Durante o prazo do contrato, o bem é propriedade da CA (locador), podendo o cliente adquirir o bem mediante o pagamento de um valor residual pré-determinado no contrato e geralmente reduzido.

A locação financeira imobiliária destina-se a empresas, empresários em nome individual ou profissionais liberais que pretendem adquirir ou construir um imóvel para o desenvolvimento de uma atividade comercial ou profissional.

A locação financeira mobiliária é uma modalidade de crédito tal como a anterior, que se destina a empresas, a empresários em nome individual ou a profissionais liberais que pretendem adquirir equipamentos para o desenvolvimento de uma atividade comercial ou profissional. Alguns exemplos desses equipamentos poderão ser tratores, autocarros, camiões, máquinas industriais ou agrícolas, retroescavadoras, gruas, entre outras.

O leasing automóvel é direcionado para a aquisição de automóveis destinados a utilização no âmbito de uma atividade comercial ou profissional.

3.4.10 Operações de Crédito por Assinatura (Garantias Bancárias)

As garantias bancárias são um documento emitido pela CCAM de Coimbra, unificado numa operação de crédito por assinatura, que garante o cumprimento de uma obrigação assumida pelo cliente (ordenador ou devedor principal) perante terceiros (beneficiário). A CA assume o encargo dessa obrigação se o ordenador falhar o seu cumprimento. É um tipo de compromisso que é assumido de modo a transmitir confiança aos parceiros comerciais dos clientes da CA.

3.4.11 Desconto de Efeitos Comerciais

O desconto de efeitos comerciais é um produto de crédito que consiste numa operação pela qual um cliente (sacador/cedente) endossa à CCAM um título de crédito (letra) antes do seu termo, transmitindo assim os direitos inerentes a esse título e recebendo em contrapartida a importância correspondente ao valor nominal do título, deduzido do prémio de desconto e dos encargos provenientes da operação.

3.4.12 Cartões de Crédito

O cartão de crédito é uma forma de pagamento eletrónico à vista ou parcelado de produtos e serviços numa rede de estabelecimentos, em Portugal e no estrangeiro, obedecendo requisitos pré-determinados, tais como, validade, abrangência, limite do cartão

3.4.13 Crédito a Colaboradores

O crédito a colaboradores é da responsabilidade da Administração da CA e pode ser concedido nas seguintes modalidades: o crédito à habitação, o crédito social e outros tipos de crédito exceto os descobertos não contratados. Estas operações estão isentas de comissões.

3.4.14 Operações de Crédito a Outras Entidades

Nas operações de crédito a outras entidades são consideradas neste grupo a concessão de crédito ao Estado e outras entidades da administração central (por exemplo IGFSS), outras pessoas coletivas de direito público (IFAP, Câmaras Municipais), as instituições de solidariedade social (Misericórdias, Bombeiros Voluntários), os OIC e, ainda, outras entidades que não cabem nestas categorias.

3.4.15 Linhas Especiais de Crédito

Nas linhas especiais de crédito estão enquadrados os créditos decorrentes do estabelecimento de protocolos com diversas entidades.

3.4.16 Seguros

Todas as operações financeiras de crédito hipotecário deverão sempre implicar seguros de cobertura dos principais riscos constituídos, seguros que protegem os compromissos financeiros em caso de invalidez total ou absoluta, morte, hospitalização ou intervenção cirúrgica.

De igual modo, qualquer tipo de crédito que seja decidido com a constituição de seguros só poderá ser processador após estes serem constituídos.

Ao longo deste capítulo foram abordados os produtos e serviços disponibilizados tanto pela CCAM de Coimbra como também pelo grupo CA. Estes são descritos de forma sucinta, pois os seus detalhes podem ser solicitados em qualquer balcão do Crédito Agrícola ou no site oficial do CA.

O vasto leque de produtos e serviços são comercializados através do atendimento ao balcão (front-office), com o intuito de os cativar os clientes, tanto particulares como empresas, garantindo assim um acompanhamento por parte de um gestor que aconselha sobre os produtos e serviços que melhor ajusta às necessidades de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra foi bastante gratificante, uma vez que contribuiu para a minha formação profissional e pessoal. Foi através do estágio que foi possível colocar em prática conhecimentos adquiridos na formação académica, podendo reconciliar conhecimentos teóricos com práticas do funcionamento quotidiano do banco. Esta experiência permitiu-me ter uma visão mais alargada do funcionamento do setor bancário.

Adicionalmente, com as responsabilidades assumidas, e os possíveis erros cometidos quais possibilitaram uma melhor aprendizagem das competências adquiridas, foi possível maior familiarização com o funcionamento do sistema financeiro.

Integrar-me numa equipa de profissionais exemplares que sempre estiveram dispostos a interagir de forma positiva, foi uma experiência fundamental porque, em qualquer trabalho em equipa, tem de existir muito diálogo, coordenação e gestão de pequenos conflitos internos; só assim o trabalho decorre da melhor forma possível e a empresa está na sua totalidade funcional.

Desta forma, fiquei muito satisfeita por ter tido a oportunidade de estagiar na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, o plano curricular foi concluído na íntegra, graças à minha coordenadora de estágio e aos demais trabalhadores que depositaram em mim confiança e carinho.

Relativamente ao tema escolhido para a realização de estágio, podemos concluir que o risco de crédito é, de longe, o que mais afeta as instituições bancárias e que apesar de estas possuírem técnicas e métodos para os mitigar, estes não são de todo elimináveis.

Neste sentido, observou-se com eles trabalho o risco de crédito a particulares e PME e constatou-se a utilização dos modelos de análise de risco de crédito. O *scoring* que avalia mais questões a curto prazo (particulares) e o *rating* que está relacionado com questões mais de longo prazo, como é o caso das instituições financeiras e setor público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia

Abreu, C.A.M. (2013). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola da Serra da Estrela**. Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Licenciatura em Gestão. Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda.

Amaral, M. (2015). **Tipos de riscos na atividade bancária**. Revisores e Auditores, (69), 37-42.

Arriscado, M. E. I. (2016). **Relatório de Estágio na Caixa do Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, CRL – Impacto da Crise Subprime na Provisão do Risco de Crédito da CCAM do Noroeste**. Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Análise Financeira. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra.

Bizarro, M.F.G.O. (2015). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra – Recuperação de Crédito, Análise Prática**. Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Economia. Faculdade de Direito, Administração Pública Empresarial – Universidade de Coimbra.

Carvalho, J.D.V.S.S. (2014). **Processo de Decisão de Crédito a Empresas: o caso Millennium BCP**. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Banca e Seguros. Faculdade de Economia e Gestão – Universidade Católica do Porto.

Cunha, C.I.M. (2015). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega – As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e as Determinantes Macroeconómicas do Risco de Crédito**. Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Economia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Universidade de Coimbra.

Fernandes, C.A.P. (2015). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Douro, Agência de Mirandela**. Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Licenciatura em Gestão. Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda.

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra, C.R.L.

Fernandes, R. P. (2016). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra – Análise de Risco de Crédito a Particulares: contribuição de variáveis psicológicas e comportamentais.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra.

Fonseca, C.S.J. (2012). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de São João da Pesqueira.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Licenciatura em Secretariado e Assessoria de Direção. Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda.

Gonçalves, P.A.M.C. (2011). **Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S.A. – Atividade Bancária, Condicionantes do Crédito nos Particulares.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade e Análise Financeira. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Lisboa – Instituto Politécnico de Lisboa.

Henriques, J.R.S. (2015). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, Departamento de Auditoria Interna e Compliance.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Auditoria Empresarial e Pública, Ramo Conformidade. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra.

Januário, C.C.M. (2011). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito de Trancoso, Delegação Vale do Távora e Douro.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Licenciatura em Gestão. Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda.

Matias, F.J.F. (2012). **Impacto da gestão do risco nas instituições financeiras – O caso da banca portuguesa.** Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade e Finanças. Escola Superior de Ciências Empresariais – Instituto Politécnico de Setúbal.

Morais, J.I.G. (2015). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Serra da Estrela.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Licenciatura em Gestão. Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda.

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra, C.R.L.

Nunes, A. P. G. (2016). **Risco de crédito e a dimensão das empresas. Maior risco nas PME's?** Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Economia Monetária Bancária e Financeira. Escola de Economia e Gestão – Universidade do Minho.

Oliveira, M. P. P. (2015). **A Importância da Gestão do Risco em Bancos Centrais – A Gestão do Risco Operacional no Banco de Portugal.** Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão de Empresas, Especialidade em Planeamento e Estratégia Empresarial. Departamento de Ciências Económicas e Empresariais – Universidade Autónoma de Lisboa.

Pinto, A.F.T. (2012). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola de Felgueiras, Delegação Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega (T.S.A.B.T.).** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Licenciatura em Gestão. Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico da Guarda.

Pires, C.I.F. (2012). **Modelo de Avaliação de Risco no Sector Bancário Português.** Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade e Finanças. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Instituto Politécnico do Porto.

Rêgo, P.H.F. (2014). **A Gestão do Risco em Instituições Bancárias: Uma Análise com Recurso a Medidas de Avaliação da Performance Ajustadas ao Risco.** Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Instituto Politécnico do Porto.

Rocha, E.C. (2011). **Análise de Crédito e Avaliação de Riscos em Instituições Bancárias.** Trabalho para a obtenção do Grau de Licenciatura em Contabilidade e Administração, Ramo: Controlo e Administração Financeira. Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais.

Rosário, R. C. (2016). **Relatório de Estágio Curricular no Millennium BCP – Sistemas de Análise e Avaliação de Risco de Crédito na Banca de Empresas.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão. Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra.

Silva, L.P. (2011). **Relatório de Estágio Curricular no Banco Santander Consumer Portugal, S.A. – Os Indicadores Económicos-Financeiros na Análise de Crédito.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais. Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa.

Relatório de Estágio na Caixa de Crédito Agrícola de Coimbra, C.R.L.

Silva, N.C.S.G.S. (2014). **Gestão de Risco de Crédito das Pequenas e Médias Empresas em Cabo Verde. Estudo de Caso BCA.** Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Teixeira, J.M.D. (2015). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega – O Comportamento das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo no Sistema Bancário Português, com especial atenção à Crise Financeira de 2009.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Economia. Faculdade de Direito – Universidade de Coimbra.

Tiago, B.M. P. (2010). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola de Aguiar da Beira.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Licenciatura em Gestão. Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Valente, D.L.M. (2013). **Relatório de Estágio Curricular na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão Empresarial. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra.

Veloso, G.M.F. (2016). **Gestão de Risco de Crédito – Abordagem ao rating interno do Banco Santander Totta.** Relatório de Estágio Curricular para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão. Faculdade de Economia e Gestão – Universidade Católica Portuguesa.

Web Grafia

Intranet do Crédito Agrícola (Consultado durante o período de estágio)

<http://www.bportugal.pt>

<http://www.creditoagricola.pt>

<http://fenacam.pt/>

Outras Referências

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (2014). **Manual de Risco de Crédito da CCAM de Coimbra**. pp. 1-37, Coimbra.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (2014). **Norma de Acompanhamento de Crédito**. pp. 1-14, Coimbra.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (2014). **Norma de Crédito**. pp. 1-21, Coimbra.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (2014). **Norma de Recuperação de Crédito**. pp. 1-15, Coimbra.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra (2016). **Normativo Interno de Estrutura**. pp. 1-40.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra (2017). **Relatório e Contas 2016**.

ANEXOS

Anexo 1 – Ficha de Identificação

Dados da discente:

Nome: Sandra Sofia Ferreira Simões

Número: 12040

Obtenção do Grau de Mestrado em Análise Financeira

Estabelecimento de Ensino:

Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Endereço: Quinta Agrícola - Bencanta, 3040-316 Coimbra

Contactos: Tel.: 239 802 000 / Fax: 239 445 445 / E-Mail: geral@iscac.pt

Docente Orientador: José Manuel Seabra Benzinho da Silva

Local do Estágio:

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, C.R.,L.

Endereço: R. João Machado 78, 3000-226 Coimbra

Contactos: Tel.: 239 851 200 / Fax: 239 851 208 / E-Mail: coimbra@creditoagricola.pt

Coordenador: Dr.^a Catarina Alexandra Neves Proença

Período de Estágio:

Início: 2 de novembro de 2016

Conclusão: 25 de maio de 2017

Duração: 960 horas

Anexo 2 – Plano de Estágio

O plano de estágio curricular para obtenção do Mestrado em Análise Financeira, foi definido pela coordenadora de estágio do Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, C.R.L., a Dr.^a Catarina Proença, tendo sido programado com o intuito de permitir a realização das seguintes tarefas:

Área Financeira:

- Controlo de contas contabilísticas;
- Reconciliação de saldos;
- Elaboração de mapas financeiros e estatísticos para o apoio à gestão.

Área Suporte:

- Apoio à gestão da informação, respetivos registos e arquivo;
- Apoio à gestão do património;
- Atualização e manutenção de dados de clientes;
- Economato.

Anexo 3 - Balanço Previsional

BALANÇO PREVISIONAL

PASSIVO	
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos
	Depósitos à ordem
	Depósitos a Prazo
	Depósitos de Poupança
42 + 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos
46 + 3311 (1) - 3415 + 5205 + 5211 (1) + 5313	Passivos financeiros associados a activos transferidos
44	Derivados de cobertura
45	Passivos não correntes detidos para venda
47	Provisões
490	Passivos por impostos correntes
491	Passivos por impostos diferidos
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos
TOTAL DO PASSIVO	

CAPITAL	
55	Capital
602	Prémios de emissão
57	Outros instrumentos de capital
58 + 59	Reservas de reavaliação
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados
-56	Acções Proprias
64	Resultado do exercício
-63	Dividendos antecipados
TOTAL DO CAPITAL	
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	

ACTIVO	
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito
16+152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 191 (1) - 3713 (1)	Activos financeiros detidos para negociação
17 + 152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 191 (1) - 3713 (1)	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados
18 + 153 + 1548 (1) + 158 (1) + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53888 (1) - 3713 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34018 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710	Aplicações em instituições de crédito
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 + 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880	Crédito a clientes
15	Credito e Juros Vendidos
37	Provisoes Cred.Venc e Cob.Duvidosa
22 + 156 + 158 (1) + 159 (1) + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade
20 + 155 + 158 (1) + 159 (1) + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 3713 (1) - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra
21	Derivados de cobertura
25 - 3580 - 3713 (1)	Activos não correntes detidos para venda
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis
29 - 3582 - 3583 - 361	Activos intangíveis
24 - 357 - 3713 (1)	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
300	Activos por impostos correntes
301	Activos por impostos diferidos
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) - 53888 (1) + 54 (1) (3)	Outros activos
TOTAL DO ACTIVO	

Anexo 4 - Demonstração de Resultados Previsional

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

79+80+8120	Juros e rendimentos similares
66+67+6820	Juros e encargos similares
	Margem financeira
82	Rendimentos de instrumentos de capital
81-8120	Rendimentos de serviços e comissões
68-6820	Encargos com serviços e comissões
	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)
-692-693-695-696-698-832+833+835+836+838	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)
-694+834	Resultados de reavaliação cambial (líquido)
-690+830	Resultados de alienação de outros activos
844	Outros resultados de exploração
-75-721-722-723-725-726-728+839+840+843+848	
	Produto bancário
70	Custos com pessoal
71	Gastos gerais administrativos
77	Depreciações e amortizações
	Provisões líquidas de reposições e anulações
781+783+784+785+786+788-881-883-884-885-886-888	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822	
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625+7630+7641+765+766+78002+78012+7823+7828-870-8720-8718-87211-87221-8723-8724-8726-8730-8741-875-876-8823	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações
768+769+78002+78012+7828-877-878-88002-88012-8828	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações
	Resultado antes de impostos
65	Impostos Correntes
74-86	Impostos Diferidos
	Resultado após impostos
	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas
-72600-7280+8480+844	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
640	

Anexo 5 - Custos Previsionais de Exploração

DESENVOLVIMENTO DOS CUSTOS PREVISIONAIS DE EXPLORAÇÃO	
68	OUTRAS COMISSÕES PAGAS
69	PREJUÍZOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS
70	CUSTOS COM PESSOAL
71	GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS
72	OUTROS ENCARGOS E GASTOS OPERACIONAIS
75	OUTROS IMPOSTOS
683	Por Serviços Bancários Prestados por Terceiros
684	Por Operações Realizadas por Terceiros
688	Outras Comissões Pagas
690	Perdas em diferenças cambiais
692	Perdas em activos financeiros detidos p/ negociação
694	Perdas em activos financeiros disponíveis p/ venda
700	Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização
701	Remuneração de Empregados
702	Encargos Sociais Obrigatórios
708	Outros custos com pessoal
710	Com Fornecimentos
711	Com Serviços
721	Quotizações e Donativos
722	Contribuições para o FGD
726	Perdas em Activos Não Financeiros
728	Outros Encargos e Gastos Operacionais
750	Impostos Indirectos
7100	Água, Energia e Combustíveis
7101	Material de Consumo Corrente
7102	Publicações
7103	Material de Higiene e Limpeza
7108	Outros Fornecimentos de Terceiros
7110	Rendas e Alugueres
7111	Comunicações
7112	Deslocações Estadas e Representação
7113	Publicidade e Edição de Publicações
7114	Conservação e Reparação
7115	Transportes
7116	Formação de Pessoal
7117	Seguros
7118	Serviços Especializados
7119	Outros Serviços de Terceiros
71180	Avenças e Honorários
71181	Judiciais Contencioso e Notariado
71182	Informática
71183	Segurança e Vigilância
71184	Limpeza
71185	Informações
71186	Banco de Dados
71188	Outros Serviços Especializados
71190	Compensação
71191	Recrutamento de Pessoal
71192	Serviços Suporte ao Negócio
71198	Outros Serviços
71199	Gastos Gerais Administrativos (exerc.anteriores)

Anexo 6 - Demonstração dos Resultados da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE COIMBRA, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Juros e rendimentos similares	37	3.824.530	4.495.361
Juros e encargos similares	38	(496.350)	(1.079.764)
Margem financeira		3.328.180	3.415.597
Rendimentos de instrumentos de capital	39	15	4.227
Rendimentos de serviços e comissões	40	1.492.276	1.278.409
Encargos com serviços e comissões	41	(173.167)	(203.005)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resulta	42		-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	43	103	-
Resultados de reavaliação cambial	44	(1.845)	2.265
Resultados de alienação de outros activos	45	(15.603)	(105.147)
Outros resultados de exploração	46	350.075	642.486
Produto bancário		4.980.033	5.034.832
Custos com pessoal	47	(1.529.766)	(1.376.146)
Gastos gerais administrativos	48	(1.515.190)	(1.534.226)
Amortizações do exercício	17 e 18	(114.831)	(163.167)
Provisões líquidas de reposições e anulações	30	(86.310)	(132.222)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		1.181.974	(1.474.946)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperação	30	-	79.175
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	30	(523.916)	(14.184)
Resultado antes de impostos		2.391.994	419.116
Impostos			
correntes	20	(149.336)	(231.506)
diferidos	20	(417.740)	3.234
Resultado líquido do exercício		1.824.918	190.844

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Catarina Alexandra Neves Proença

Catarina Alexandra Neves Proença

A ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIA

Rui Manuel Oliveira Vital

Luís de Aguiar Dias

Rui Manuel Oliveira Vital

Luís de Aguiar Dias

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Anexo 7 - Balanço da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚLTIPLO DE COIMBRA, C.R.L.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	31-12-2016		2015		Notas	31-12-2016		2015	
	Activo Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido		PASSIVO E CAPITAL	PASSIVO E CAPITAL		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.007.852	-	1.007.852	867.434	22	-	-	-	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.249.272	-	3.249.272	3.013.861	23	-	-	-	
Outros activos financeiros ao justo valor através de crédito	-	-	-	-	24	-	-	-	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	25	15.196.458	9.210.890	105.859.892	
Activos financeiros disponíveis para venda	1.608	(120)	1.488	-	26	111.962.513	-	-	
Aplicações em instituições de crédito	55.451.070	-	55.451.070	50.128.184	27	-	-	-	
Crédito a clientes	95.254.509	(19.732.953)	75.521.556	65.186.841	28	-	-	-	
Investimentos detidos até à maturidade	3.462.219	-	3.462.219	1.002.685	29	0	0	0	
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	30	835.665	755.355	213.407	
Derivados de cobertura	-	-	-	-	31	0	0	0	
Activos não correntes detidos para venda	2.485.311	(524.619)	1.960.693	2.036.235	32	13.037.219	13.037.219	0	
Propriedades de investimento	4.690.527	(2.058.696)	2.631.831	2.825.004	33	832.404	973.422	-	
Outros activos tangíveis	-	-	-	-		145.864.259	130.050.174	-	
Activos intangíveis	-	-	-	-		-	-	-	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4.159.560	(32.80)	4.159.528	4.159.528	35	34.255.080	14.146.290	-	
Activos por impostos correntes	25.353	-	25.353	-	36	-	-	-	
Activos por impostos diferidos	4.029.266	(20.908)	4.008.358	4.447.006		100.975	138.536	-	
Outros activos	750.154	-	750.154	868.856		(9.815.839)	(9.990.217)	-	
Total do Activo	174.566.701	(22.337.328)	152.229.373	134.535.633		6.365.114	4.485.459		

Total do Activo

174.566.701 (22.337.328) 152.229.373 134.535.633

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Catarina Alexandra Neves Pereira

Catarina Alexandra Neves Pereira

A ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIA

Rui Manuel Oliveira Vital

Luís de Aguiar Dias

O anexo faz parte integrante destes balanços.

R. V. AFP
Luís de Aguiar Dias

Anexo 8 - Demonstração de Fluxos de Caixa da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE COIMBRA, C.R.L.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	5.316.806	5.773.769
Pagamento de juros e comissões	(669.517)	(1.282.768)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(3.030.216)	(2.900.214)
Contribuições para o fundo de pensões	(14.739)	(10.158)
(Pagamento) / recebimento de imposto sobre o rendimento	(567.076)	(228.272)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	348.230	644.751
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>1.383.488</u>	<u>1.997.108</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao JV	-	-
Activos disponíveis para venda	1.385	(79.175)
Aplicações em instituições de crédito	5.322.886	6.167.640
Crédito a clientes	9.226.743	9.960.799
Investimentos detidos até à maturidade	2.476.406	124
Derivados de cobertura	-	-
Activos não correntes detidos para venda	314.830	189.861
Outros activos	(517.089)	97.144
(...)	-	-
	<u>16.825.162</u>	<u>16.336.393</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	9.985.578	9.080.363
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.102.621	6.202.923
Outros passivos	(286.422)	162.059
(...)	-	-
	<u>15.801.777</u>	<u>15.445.344</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>360.103</u>	<u>1.106.059</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variação de activos tangíveis e intangíveis	39.026	208.095
Recebimento de dividendos	(15)	(4.227)
Variação de partes de capital em empresas filiais e associadas	-	357.525
(...)	-	-
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>39.011</u>	<u>561.394</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Aumento de capital	108.770	72.630
Diminuição de capital	-	-
Pagamento de dividendos	-	-
Variação de passivos subordinados	-	37.219
(...)	(54.033)	(92.818)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>54.737</u>	<u>17.031</u>
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(a)	375.829
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.881.295	3.319.598
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>4.257.124</u>	<u>3.881.295</u>

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Catarina Alexandra Neves Proença
Catarina Alexandra Neves Proença

A ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIA

Rui Manuel Oliveira Vital
Luís de Aguiar Dias

R. V. P.
Luís Manuel Oliveira Vital

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Anexo 9 - Demonstrações de Alterações de Capital Próprio da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE COIMBRA, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras Reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Outras Reservas e resultados transitados		
			Outras Reservas e resultados transitados		
			Resultados transitados		
			Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	14.073.660	214.875	2.604.633	3.413.078	4.314.802
Amortização anual do impacto de transição das pensões (Nota 50)		(76.339)	(9.165.287)	(3.413.078)	(92.818)
Resultado Transitado			(16.479)	(16.479)	(16.479)
Aplicação do resultado do exercício de 2014:			(3.413.078)	(3.413.078)	(3.413.078)
Transfêrência para resultados transitados					
Constituição de reservas					
Distribuição de dividendos					
(-)					
Aumento de capital	75.565				75.565
Reembolso de capital	(2.935)				(2.935)
Alterações de justo valor líquidas de imposto					
Resultado líquido do exercício de 2015				190.844	190.844
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	14.146.290	138.536	2.604.633	190.844	4.485.458
Amortização anual do impacto de transição das pensões (Nota 50)		(37.561)	(12.594.844)	(190.844)	(54.033)
Resultado Transitado			(16.477)	(16.477)	(16.477)
Aplicação do resultado do exercício de 2015:			190.844	190.844	190.844
Transfêrência para resultados transitados					
Constituição de reservas					
Distribuição de dividendos					
(-)					
Aumento de capital	117.140				117.140
Reembolso de capital	(8.370)				(8.370)
Alterações de justo valor líquidas de imposto					
Resultado líquido a 31-12-2016				1.824.918	1.824.918
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	14.255.060	100.975	2.604.633	1.824.918	6.365.113

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Catrina Alexandra Neves Proença

Catrina Alexandra Neves Proença

A ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIA

Rui Manuel Oliveira Vital

Luis de Aguiar-Dias

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Anexo 10 - Demonstrações do Rendimento Integral da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE COIMBRA, C.R.L.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euros)

	<u>31-12-2016</u>	<u>2015</u>
Resultado individual	1.824.918	190.844
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Impacto fiscal	-	-
Transferência para resultados por alienação	-	-
Impacto fiscal	-	-
Pensões - regime transitório	(16.472)	(16.479)
Outros movimentos	-	-
Total Outro rendimento integral do exercício	(16.472)	(16.479)
Rendimento integral individual	1.808.446	174.365

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Catarina Alexandra Neves Proença

Catarina Alexandra Neves Proença

A ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIA

Rui Manuel Oliveira Vital

Luís de Aguiar Dias

Rui Manuel Oliveira Vital
Luís de Aguiar Dias

Anexo 11 - Inventário de Títulos em Base Individual da CCAM de Coimbra a 31 de dezembro de 2016

Date: 31-12-2016
Instituição: 2030
Unidade: Eivos

3030 - COIMBRA	Natureza e espécie (1)	Código do título (3)	Tipo de emissor (4)	País do emissor (5)	Cotação (6)	Mercado organizado relevante (7)	Cotação (8)	Valor nominal (9)	Quantidade (10)	Código monetário (11)	Valor de Balanço (12)	Valias (+ / -) (13)	Montante ajustado (14)	Correcção de valor		% de participação (15)	Operações especiais (16)	Observações (17)	
														Imparidade	Outras				
	Instrumentos de dívida																		
	De dívida pública																		
	De outros emissores públicos																		
	De outros emissores																		
	Adquiridos no âmbito de operações de titularização																		
	Equiparados <i>Opção para produção</i>																		
	Outros																		
	Outros																		
	Dívida não subordinada																		
	Dívida subordinada																		
	Títulos de Investimento Subordinados																		
	Caixa Central de Crédito Agrícola Móvio, CRL																		
	Caixa Central de Crédito Agrícola Móvio, CRL																		
	Caixa Central de Crédito Agrícola Móvio, CRL																		
	Total																		
	Instrumentos de capital																		
	Crédito																		
	Fundo de Compensação Trabalho																		
	Total																		
	Outros - Investimentos em Filiais, associadas e empresas conjuntas																		
	CCAM - Caixa Central de Crédito Agrícola Móvio, CRL																		
	CCAM - Caixa Central de Crédito Agrícola Móvio, CRL																		
	Fenacem																		
	Crédito Agrícola Vida																		
	Crédito Agrícola Seguros																		
	Crédito Agrícola Informática																		
	Crédito Agrícola - Seguros e Fenacem S.G.P.S. SA																		
	Total																		

(2) AFCA - Activos Financeiros Devidos para Negociação
 ONDVAR - Outros Activos Financeiros Devidos para Negociação
 DM - Disponíveis para Venda
 DM - Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos
 FAEC - Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

(3) não aplicável às participações financeiras e empresas registadas na conta 40xxx (preencher apenas se aplicável)

(4) IC - Instituições de Crédito
 OF - Outras Instituições Financeiras
 S - Seguradoras/Resseguradoras
 SGPS - Sociedades Gestoras de Participações Sociais
 OUT - Outros - entidades não enquadradas nas categorias anteriores

(5) normalmente não aplicável (preencher apenas se aplicável)

(6) preencher apenas se existente

(8) CH - Custo Histórico
 CA - Custo Amortizado
 JV - Justo Valor

(10) normalmente não aplicável (preencher apenas se aplicável) * +/- valias não realizadas * deve corresponder aos saldos registados nas cts reservas de reavaliação 580 (lin. De divida conta 580.001) * Apenas aplicável aos AFDV

(11) normalmente não aplicável (preencher apenas se aplicável)

Ne campo "Correcção de valor - Outras" deve ser registado o valor da promoção. No exemplo da participação na Caixa Central deve corresponder ao saldo da conta 357.000.000.009.000

(12) normalmente não aplicável (preencher apenas se aplicável)

(13) normalmente não aplicável (preencher apenas se aplicável)